

ideal

COMUNITÁRIO

Comunidades preparadas e comprometidas com a superação de seus desafios

Compartilhar para crescer

Programa Futuro Ideal incentiva troca de experiência entre empreendimentos solidários

3 Editorial

- 4 Entrevista** Com seu trabalho à frente da Childhood Foundation, rainha Silvia da Suécia quebra o silêncio sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes
- 8 Panorama Social** Promover a educação de qualidade e em tempo integral é tarefa essencial à eliminação de todas as formas de trabalho infantil
- 10 Infância Ideal** Compreender o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é o primeiro passo para seu enfrentamento
- 16 Educação Básica** Educação de qualidade depende de uma boa gestão escolar, com gestores qualificados e que integre a comunidade
- 20 Empreendedorismo** Empreendimentos solidários beneficiam-se da troca de experiências e da associação em torno de objetivos comuns
- 26 Seminário Futuro Ideal** Evento reuniu empreendimentos e grupos produtivos apoiados por programa do Instituto Camargo Corrêa
- 28 Voluntariado** Grupos de Ação Ideal Voluntário engajam-se em ações de longo prazo e mostram ligação entre voluntariado e desenvolvimento comunitário
- 32 Dia do Bem Fazer** Evento anual de cidadania do Instituto Camargo Corrêa ocorre no dia 21 de agosto e deve mobilizar milhares de voluntários em 7 países
- 33 Cartas** Pesquisa aponta perfil dos leitores e recolhe sugestões de pauta para a revista
- 34 Inovações Sustentáveis** Tavex produz denim sustentável substituindo produtos sintéticos por matérias-primas naturais e recicladas
- 36 Ações&Parcerias** Aliança pelo desenvolvimento da região de Suape (PE) une ICC, construtora Camargo Corrêa, InterCement e Estaleiro Atlântico Sul
- 38 Artigo** Roberto Marinho Alves da Silva, especialista em Economia Solidária, destaca o papel dos empreendimentos solidários para o desenvolvimento sustentável

Juntos fazemos melhor

Construir ou fortalecer elos entre organizações e empreendimentos que podem fazer diferença no desenvolvimento das comunidades não é apenas uma estratégia de ação para o Instituto Camargo Corrêa, mas uma crença. Mais exatamente, nossa crença número 7, entre as 10 que guiam o trabalho do Instituto: “Parcerias e redes de colaboração constituem-se importantes mecanismos para o desenvolvimento social. São valores oriundos dos princípios de confiança, mútua complementação, igualdade das relações, respeito e transparência.”

Por acreditar no poder do fazer juntos para fazer melhor, temos nos dedicado a encontrar maneiras de criar ligações mais estreitas entre as várias entidades, organizações e pessoas envolvidas nos projetos do ICC. Uma delas é a realização de eventos nacionais ligados aos programas estruturantes do Instituto. Nos últimos três meses, realizamos dois deles: o seminário Caminhos da Educação, que reuniu em Ipojuca (PE) educadores e gestores dos municípios onde o programa Escola Ideal está presente, e o seminário Futuro Ideal, que levou a Fortaleza representantes dos empreendimentos e grupos produtivos apoiados pelo programa de mesmo nome.

Outra maneira tem sido incentivar o intercâmbio entre empreendimentos solidários apoiados pelos projetos do programa Futuro Ideal. Esta troca de experiências, ilustrada na reportagem de capa desta edição, traduz não só a nossa crença nas parcerias e redes, como também a importância estratégica da união entre os empreendimentos. Como apontam os especialistas ouvidos, a associação entre empreendedores e o compartilhamento de soluções é essencial para o sucesso destes empreendimentos e, por consequência, para o desenvolvimento local.

Em destaque também nesta edição, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema que, por excelência, exige a construção de redes e uma forte parceria entre Estado, setor privado e ONGs. A rainha Silvia da Suécia, que nos honra ao conceder uma entrevista exclusiva, destaca: “Nenhuma solução, por melhor que seja, conseguirá ser suficientemente eficaz se não for construída a partir da cooperação entre os diferentes setores, cada um, claro, fazendo aquilo que sabe fazer de melhor.”

Por fim, fazemos também um convite para que profissionais do Grupo Camargo Corrêa, seus familiares e amigos tomem parte do Dia do Bem Fazer, marcado para 21 de agosto. Ao participar das ações de voluntariado, cada um de nós também se torna um elo da corrente em favor do desenvolvimento comunitário.

Francisco de Assis Azevedo, diretor executivo do Instituto Camargo Corrêa



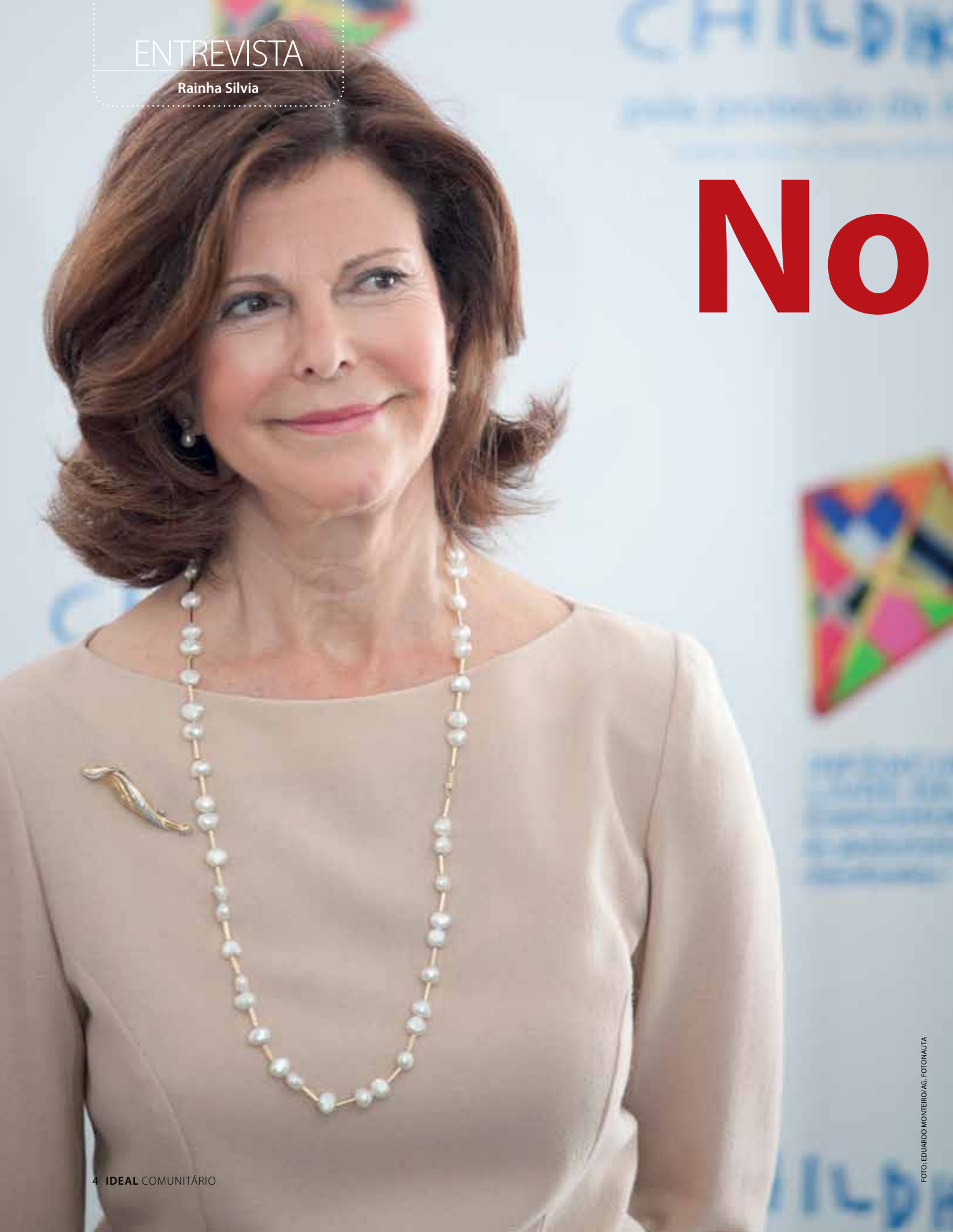
FOTO: MARIANA GUERRA

“Parcerias e redes de colaboração constituem-se importantes mecanismos para o desenvolvimento social.”

ENTREVISTA

Rainha Silvia

No



breza contra o tabu

Há mais de uma década, a rainha Silvia da Suécia usa sua imagem e influência para quebrar o silêncio mundial em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes e defender o direito das crianças terem infância

Para muitas crianças ao redor do mundo, rainhas são personagens de contos de fadas. Na vida real, uma rainha tornou-se protagonista de uma grande batalha: o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Há mais de uma década, a rainha Silvia da Suécia atua como uma das maiores incentivadoras e patrocinadoras de ações de prevenção e combate a todas as formas de abuso e exploração sexual que atingem meninas e meninos de todo mundo.

A rainha Silvia esteve no Brasil para participar de diversas atividades relacionadas ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio. Entre elas, um grandioso show em benefício da Childhood Brasil – instituição brasileira que faz parte da World Childhood Foundation, organização internacional criada pela rainha em 1999 para proteger a infância. O show reuniu cantores, bailarinos e atores brasileiros para lembrar a importância de uma infância livre, onde obviamente não cabem o abuso e a exploração sexual.

Na entrevista coletiva que concedeu antes do evento, no Rio de Janeiro, a rainha Silvia contou que foi justamente ao se dar conta do silêncio em torno destes crimes que decidiu dedicar-se ao tema da violência sexual. “Há 15 anos, ocorreu um caso na Suécia e eu fiquei tão chocada, tão emocionada, porque foi um caso muito feio. Eu vi a reação, todos chocados, mas ninguém querendo falar a respeito. Como rainha, evidentemente, mas como mãe, eu me senti no dever de falar e chamar a atenção para este problema. E foi assim que começou”, relatou.

A rainha engajou-se, então, no trabalho de convencimento de grandes empresas, fundações e doadores individuais a contribuir com a criação da Childhood. Hoje, a organização conta

com grandes apoiadores e financia projetos em 16 países. As ações são especialmente direcionadas às meninas e tem como público-alvo crianças em situação de rua, crianças abrigadas, jovens mães e, claro, vítimas de violência sexual.

No Brasil, a Childhood conta com o apoio de empresas e fundações, algumas das quais participam do seu Conselho Deliberativo, presidido por Rosana Camargo de Arruda Botelho, acionista do Grupo Camargo Corrêa e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Camargo Corrêa. A instituição também realiza eventos beneficentes, por meio dos quais mobiliza doações de empresas e pessoas físicas para seus programas e projetos, além de ações em parceria com governos. O foco é sempre a proteção da infância contra o abuso e a exploração sexual, por meio de programas que formam diferentes profissionais, influenciam políticas públicas, previnem a violência e melhoram o atendimento às vítimas – como a criação de salas especiais para a tomada de depoimentos de crianças que sofreram ou testemunharam situações de violência sexual.

Sobre o seu papel à frente da causa – que ela traduz na afirmativa “permitir que as crianças sejam crianças” –, a rainha Silvia diz: “Eu não sou política, não sou uma pessoa que faz política, mas o que eu posso fazer é chamar a atenção dos políticos, da mídia, de todos para estes casos. Porque eu acho que todos temos a responsabilidade de ajudar. Não é só coisa de governo, de políticos, de advogados. Somos nós todos, pais, mães. Todos temos de dar as mãos para ajudar os governos, as polícias, todos os que podem fazer alguma coisa mais ativa. E é isso que eu acho que é meu dever.”

Após a visita, a rainha Silvia concedeu, por escrito, a seguinte entrevista à **Ideal Comunitário**:

Nestes 12 anos à frente da Childhood, o que Sua Majestade considera ter sido o maior avanço no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Houve alguns avanços importantes que merecem ser destacados. O número de programas especializados cresceu e noticiamos importantes ganhos em termos de legislação, conferindo mais rigidez às punições para crimes sexuais contra crianças e adolescentes. A cobertura de mídia cresceu e vem se qualificando. O setor privado também está assumindo a sua parcela de responsabilidade sobre a causa e, de maneira geral, as pessoas estão mais abertas a falar sobre o problema.

A violência e a exploração sexual são problemas que afetam crianças e adolescentes de todas as classes sociais, em todas as regiões do mundo. Isso significa que uma organização como a Childhood precisa trabalhar com um sem número de situações e contextos onde esta violência ocorre. Qual o melhor caminho para poder lidar com estas várias faces do mesmo problema?

Milhares e milhares de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual a cada dia. Esta grave violação de direitos não se restringe a uma classe social, nem às fronteiras de um país. A internet e novas tecnologias nos trazem benefícios inquestionáveis em termos de informação, comunicação e conectividade, mas também podem expor crianças e adolescentes a situações como o abuso on-line e a pornografia infantil. Dessa forma, é muito importante que os pais mantenham um diálogo aberto com seus filhos, acompanhando-os na utilização da internet. Os mesmos cuidados que tomamos no “mundo real”, como, por exemplo, não falar com estranhos e não divulgar seus dados pessoais, também são válidos para o universo virtual. As escolas e organizações sociais também podem trabalhar o tema, alertando crianças e adolescentes sobre a importância de uma navegação segura.

Neste trabalho de enfrentamento, que papel S.M. acredita caber ao Estado, à iniciativa privada e às organizações da sociedade civil?

Nenhuma solução, por melhor que seja, conseguirá ser suficientemente eficaz se não for construída a partir da cooperação entre

.....
“Temos que trabalhar em conjunto, gerando proteção em rede”

os diferentes setores, cada um, claro, fazendo aquilo que sabe fazer de melhor. As empresas podem incluir o tema em seus programas de responsabilidade social, conscientizando seus colaboradores e clientes, não permitindo a incidência de exploração sexual infanto-juvenil em suas cadeias de valor e apoiando projetos voltados para a proteção da infância. O Estado

.....
 pode empreender programas abrangentes de prevenção e enfrentamento, consolidando-os por meio de políticas públicas. As ONGs têm um papel fundamental no atendimento direto e no desenvolvimento de modelos que podem ser adotados em escala pelos governos. E todas as pessoas podem se informar sobre o problema e os canais de denúncia disponíveis, adotando uma postura mais protetora frente aos pequenos cidadãos. Temos que trabalhar em conjunto, gerando proteção em rede.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é, em muitos casos, um problema transnacional. Há o problema do tráfico de crianças e jovens, o turismo sexual, as grandes redes de pornografia. Como S.M. avalia a mobilização internacional e entre governos para lidar com este problema?

A indústria da exploração sexual e da pornografia infantil é organizada e altamente lucrativa. As discussões sobre o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual vêm ganhando destaque em fóruns e congressos mundiais. No 1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, em 1996, foi formada uma rede internacional de ONGs, governos e pesquisadores para articular formas de denúncia e intercâmbio de informações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. As medidas sugeridas neste congresso, dentre outras, passaram pela responsabilização dos países participantes no sentido de implantarem Planos Nacionais de Enfrentamento à Violência Sexual infanto-juvenil. O Brasil foi o primeiro país a apresentar um Plano Nacional, o que ocorreu durante o 2º Congresso Mundial, em Yokohama, 2001. Também em Yokohama, os diferentes países reportaram seus respectivos status em relação às recomendações feitas no 1º Congresso Mundial. Destacou-se, ainda, a importância do desenvolvimento de ações regionais e a necessidade de se estabelecer parcerias de cooperação interna-



cional e com os governos locais, favorecendo a sustentabilidade das ações propostas. Do 2º Congresso para cá, entraram em vigor importantes instrumentos internacionais, como o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil, ratificado por 129 Estados em 15 de novembro de 2008. Aumentaram, também, as ratificações da Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para a sua Eliminação e do Protocolo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo), que suplementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. E houve, ainda, a adoção, por mais países, de agendas nacionais, planos e medidas legislativas para fortalecer a proteção da infância contra a exploração sexual. Já o tema de abertura do 3º Congresso, o do Rio de Janeiro, em 2008, foi uma visão sistêmica sobre a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a sua Proteção contra a Exploração Sexual. Como principais desdobramentos desta terceira edição, podemos ressaltar: a realização de um grande check-list dos avanços em termos de políticas públicas a partir das edições anteriores; a reflexão conjunta sobre novas formas e cenários da exploração sexual de crianças e adolescentes, com destaque para a exploração e pornografia na internet; novas e valiosas recomendações para o enfrentamento ao fenômeno em níveis global e local, a partir da implantação de estruturas robustas para a proteção de crianças e adolescentes de todas as formas de exploração; uma maior adesão do setor privado à causa, com destaque para a constituição de Códigos de Conduta e à assinatura de pactos empresariais de enfrentamento ao fenômeno; a instauração de nova CPI para a investigação de redes de exploração sexual e diferentes projetos de lei propondo avanços significativos, como a classificação do estupro e do atentado violento

ao pudor como um único tipo penal, um crime contra as pessoas, e não somente contra as mulheres. Outro ponto importante para o Brasil é que o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil hoje é pauta do Fórum Mercosul, que antes abrangia exclusivamente questões de ordem econômica.

Na opinião de S.M. e considerando a experiência da Childhood no país, qual seria o ponto forte e o ponto fraco do Brasil no enfrentamento da violência e da exploração sexual?

No Brasil, o ponto forte é o engajamento representativo do setor privado. Só para exemplificar, o número de signatárias do Pacto Empresarial do Programa Na Mão Certa, lançado pela Childhood Brasil em 2006 para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, já ultrapassa 900 empresas e entidades empresariais. São empresas de diferentes portes e segmentos que se comprometem com a causa. Importantes redes hoteleiras como Atlantica Hotels (também parceira da Childhood), Mercury e Accor vêm trabalhando a prevenção da exploração sexual infanto-juvenil junto a seus colaboradores, fornecedores e clientes. O ponto fraco ainda é a falta de diagnóstico, de um retrato da real situação, seja em âmbito local ou nacional, o que dificulta a construção de indicadores e o monitoramento das políticas de prevenção e enfrentamento.

S.M. sempre faz referência ao que parece ser o norte do trabalho da Childhood: permitir que as crianças sejam crianças. Quando poderemos dizer que nossas crianças estão tendo o direito de ser criança respeitado?

.....
“No Brasil, o ponto forte é o engajamento representativo do setor privado”
.....

Quando elas puderem vivenciar a infância em sua plenitude. Brincar, sorrir e sonhar, estudar e se desenvolverem como cidadãos dignos, produtivos e felizes. Este é o meu sonho para todas as crianças e adolescentes, pois as boas memórias da infância ficam guardadas para sempre e alimentam a poesia da nossa vida adulta. ●



NÃO ESTUDAR É UM RISCO
Campanha alerta para papel da educação no combate ao trabalho infantil



MAIS EDUCAÇÃO
Escolas públicas em tempo integral optam por oferecer atividades esportivas

Escola *versus* trabalho infantil

Com o mote “Trabalho Infantil: deixar de estudar é um dos riscos”, a Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil, lançada em 9 de junho, chama a atenção para o papel da educação na erradicação do problema. No país, estima-se que existam 4,2 milhões de trabalhadores infantis.

A inclusão e a permanência na escola têm sido incentivadas pelos programas de transferência de renda cuja contrapartida é a presença das crianças na escola. O abandono escolar entre os beneficiários do Bolsa Família, por exemplo, é menor do que a média nacional. “O benefício em si já estimula as famílias a evitar que as crianças cumpram jornada de trabalho e estejam na escola”, diz Daniel Ximenes, coordenador de condicionalidades do programa no

Ministério do Desenvolvimento Social. Segundo ele, políticas públicas que visam acabar com desigualdades no sistema educacional contribuem para que a educação seja, de fato, instrumento de erradicação do trabalho infantil.

Renato Mendes, coordenador Nacional do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, afirma que não basta colocar a criança na escola. “Enquanto o trabalho infantil for mais atraente que a escola, é necessário repensar por que esta escola não consegue reter com sucesso estas crianças.” Para ele, é necessário apostar na educação de qualidade e integral, com educadores capacitados e com condições de trabalho decentes para que se possa reverter o quadro do trabalho infantil.

Mais esporte, mais escola

A educação integral no Brasil tem avançado bastante graças à oferta de atividades esportivas. O Ministério da Educação (MEC), através do programa Mais Educação, oferece apoio pedagógico e financeiro a escolas públicas para realizarem atividades que ampliem a jornada escolar. As diversas modalidades de esporte e lazer são as mais procuradas pelas escolas.

Cerca de 22% das atividades extracurriculares oferecidas pelas mais de 15 mil escolas no Brasil que participam do Mais Educação em 2011 encaixam-se no que o MEC chama de “macrocampo Esporte e Lazer”. Se somadas outras atividades físicas de caráter artístico ou cultural, como as danças e a capoeira, este percentual sobe para 30%.

Para o MEC, as atividades esportivas fazem parte do desenvolvimento de inteligências múltiplas. “Quando falamos em educação integral, queremos um currículo único, onde esporte entre em contato com a história, a geografia”, afirma Leandro Fialho, coordenador geral de Ações Educacionais Complementares da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Segundo ele, o programa privilegia as culturas locais como, por exemplo, o aprendizado de danças como o maracatu em Pernambuco e a dança do boi no Maranhão. “Isso permite que cada região trabalhe integrando a prática da atividade física à cultura local.”

Direto ao ponto



FOTO: DIVULGAÇÃO

Depois de uma carreira vitoriosa nas quadras de vôlei, a medalhista olímpica Ana Beatriz Moser voltou sua atenção para a desigualdade social, mas sem deixar o esporte de lado. Hoje, ela preside o Instituto Esporte & Educação, criado em 2001 para atender crianças e adolescentes em atividades esportivas e socio-educativas, formar profissionais e desenvolver uma metodologia de esporte educacional:

Qual foi a sua motivação ao criar o IEE?

A inspiração inicial foi oferecer a prática esportiva a crianças de baixa renda nas escolas. Muito da minha motivação veio das oportunidades que eu tive tendo um espaço para praticar o esporte. O Brasil tem muitas injustiças e essa era uma maneira de eu intervir combatendo a desigualdade. Foi em torno desta questão, de como fazer com que mais crianças tivessem acesso e gostassem mais de esporte, que nasceu o IEE.

Como é o trabalho?

Quando chegamos em um bairro e desenvolvemos o projeto, vemos como o esporte pode impactar para além dele. Há um envolvimento da família, além do fortalecimento da comunidade, transformando aquele espaço social em um lugar mais seguro. Pensamos a partir da perspectiva da escola: tem que universalizar, incluir a todos. A intenção pedagógica é desenvolver tanto as questões motoras e a cultura corporal, quanto a relação entre as pessoas. De maneira geral, esta é a função do esporte na escola, fazer dela também um ambiente mais atrativo. Além disso, no esporte educacional você integra meninos e meninas, criando um espaço de convivência entre eles.

E qual o papel do poder público na promoção do esporte educacional?

É prerrogativa do poder público garantir os direitos das crianças, como o direito ao lazer e à prática de esportes, que está no Estatuto da Criança e do Adolescente. Estamos atrasados em termos de política de esportes para todos. Os programas governamentais – como o Mais Educação e o Segundo Tempo – ainda não chegam a 5% das escolas públicas. É preciso que haja mais integração do poder público.



DIVULGAÇÃO

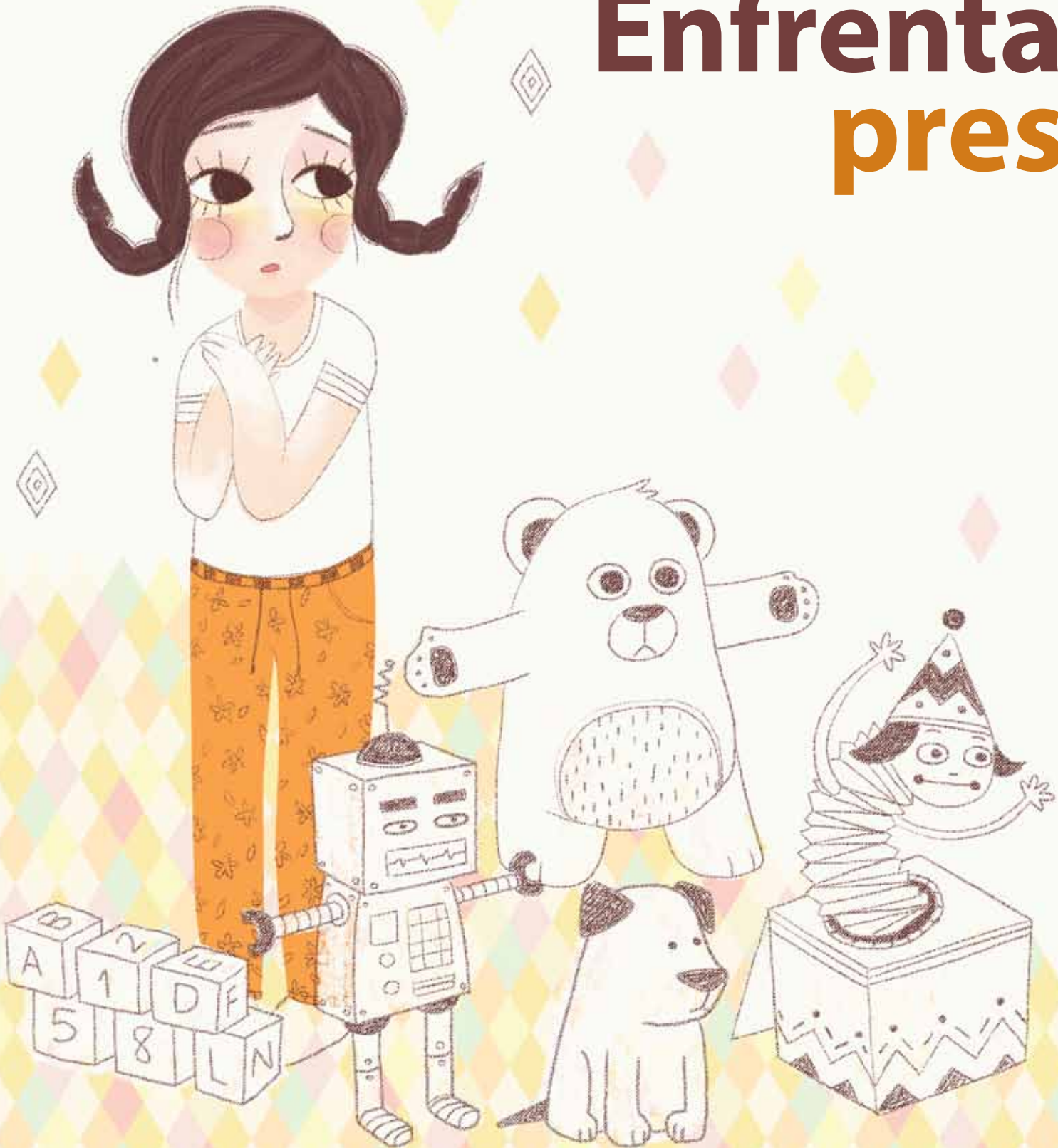
RSE na construção civil

Na publicação *Um Panorama da Atuação Social da Indústria da Construção*, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) traça um perfil do engajamento das empresas da construção civil aos princípios da Responsabilidade Social Empresarial. A pesquisa, inédita no setor, aponta uma realidade promissora: 8 em cada 10 dirigentes demonstram conhecimento sobre RSE e 58% das empresas realizaram algum tipo de ação social no último ano.

A pesquisa também avaliou como as empresas concebem e organizam a sua atuação social, considerando critérios como existência de planejamento e avaliação, dedicação dos profissionais e investimentos em ação social. A integração da RSE e do investimento social aos negócios ainda não é regra, mas já há um número significativo de empresas do setor que desenvolvem ações sociais de forma estratégica: 24%. Empresas que atuam de forma pontual são 40% e aquelas que possuem ações regulares, mas pouco integradas, são 36%.

As empresas das regiões metropolitanas do Norte e Nordeste são aquelas que mais realizam ações sociais. O público interno costuma ser o principal beneficiário das ações, muito embora as empresas que atuam de forma estratégica tendam a se dedicar às comunidades no entorno dos empreendimentos.

Enfrenta pres



r a exploração, ervar a inocência

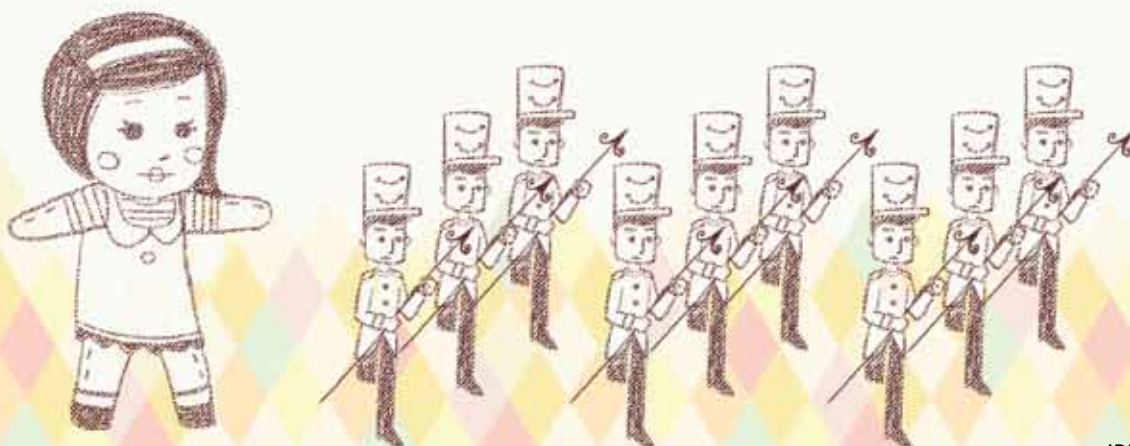
Lógica mercantil da exploração sexual de crianças e adolescentes exige reforçar proteção em regiões de crescimento econômico acelerado

Compreender o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como os mecanismos culturais relacionados a ela e a lógica mercantil das redes de exploração são passos essenciais para o seu enfrentamento. As múltiplas causas e os danos físicos e psicológicos resultantes das várias formas de abuso e de exploração colocam especialistas, defensores públicos e organizações sociais diante de uma delicada e complexa tarefa: criar instrumentos de prevenção e, ao mesmo tempo, cuidado com as vítimas de violência sexual para que elas retomem suas vidas, minimizando o trauma na medida do possível.

A violência sexual não poupa crianças e adolescentes de nenhum grupo social e pode ser classificada em abuso sexual e exploração sexual. A exploração pressupõe uma relação de mercantilização, onde o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes. O abuso sexual, na maioria das vezes, ocorre

dentro de casa ou a partir dela. “São pessoas que a criança já conhece: o pai, tio, irmão, vizinho... pessoas que são de confiança da criança”, explica Sara Vanessa Aparecida e Sousa, coordenadora do Núcleo de Assistência Jurídica da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal.

A violência que traumatiza a criança é considerada um “triunfo” para o adulto, afirma a psicanalista Renata Udler Cromberg, do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. “O abusador desconhece ou ignora o que isto causa na criança”, diz. Já nas situações de exploração sexual, o explorador é indiretamente um abusador, pois “coisifica” a criança, transformando-a em mero objeto sexual. O resultado, em qualquer situação, é a violação do psiquismo da criança. “Sem dúvida, estas situações levam a uma percepção de si mesma de baixa autoestima. São crianças que vão cair mais facilmente na prostituição”, afirma Renata.



Este exercício do poder do adulto sobre os mais jovens está presente nas múltiplas faces da violência sexual – o abuso, a exploração, a pornografia e o tráfico de crianças e adolescentes. Mas a opressão que leva à violência sexual não é apenas cultural. Abusadores e exploradores valem-se de assimetrias sociais e econômicas para escolherem suas vítimas. A questão de gênero e de classe social é um forte traço da violência sexual, já que as principais vítimas são as meninas pobres, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

No caso da exploração sexual, as principais atingidas são as adolescentes, aliciadas no interior do país e levadas para cidades de maior porte ou locais com alta concentração de mão-de-obra masculina. Enquanto “atividade econômica”, a exploração sexual conta com a ação organizada de redes de exploração por todo o Brasil, que hoje também atuam pela internet. “Este tipo de exploração comercial tem, em geral, duas pontas: por um lado a miséria e, por outro, uma família desestruturada”, explica Renata. Cria-se, a partir da precariedade da condição humana, o contexto para a vulnerabilidade.

OS DOIS LADOS DO DESENVOLVIMENTO

A lógica mercantil da exploração sexual cria um triste paradoxo para um país que comemora avanços no desenvolvimento econômico. O

aumento da renda, do consumo e do emprego em regiões carentes têm estimulado transformações pelo país. Grandes empreendimentos instalam-se notadamente nas regiões Norte e Nordeste e há um aumento nas obras de infraestrutura, sejam as ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou as relacionadas a megaeventos globais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Mas onde o país cresce, também cresce a exploração sexual. Afinal, este triste comércio segue o dinheiro e a clientela.

Em muitas cidades que recebem investimentos e obras de grande porte, no entanto, a rede de proteção social está longe de ser adequada para lidar com as mudanças no tamanho e perfil da população. “A chegada destes homens tem um impacto muito grande na cidade: na economia, na saúde. É comum as pessoas que residem na cidade verem nesses homens uma oportunidade de mudar de vida e acabam na exploração”, afirma Rosana Junqueira, coordenadora de programas da Childhood Brasil.

À precariedade da estrutura e das políticas públicas dos municípios para enfrentar a exploração sexual, soma-se ainda a cultura da permissividade em relação ao sexo precoce. “Há casos de famílias onde isso é considerado comum. As crianças, extremamente sexualizadas, nunca foram orientadas, acham que é normal”, descreve a defensora pública Sara

52 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram encaminhadas pelo Disque 100 em 8 anos

37% das denúncias são de exploração sexual

82% das vítimas de exploração são meninas



Vanessa. Mas não é. “Crianças e adolescentes não estão preparados para uma vida sexual”, diz Rosana.

ENFRENTAMENTO

Prevenir situações de exploração sexual é uma das metas que caracteriza o conceito de “enfrentamento”, diferentemente do agora pouco usual “combate”, que indica a ideia de punir quando a violência já foi exercida. “Acreditamos que é preciso focar na prevenção: educar as crianças, preparar a família para que ela seja acolhedora e criar possibilidades de geração de renda para os jovens”, afirma Rosana Junqueira, da Childhood Brasil.

A organização, em parceria com a construtora Camargo Corrêa, tem desenvolvido um trabalho de sensibilização com os profissionais das obras da construtora e no seu entorno. Sabe-se que há exploração sexual nessas áreas, por isso, existe uma preocupação especial em minimizar e prevenir. “Trabalhamos por meio de multiplicadores para que eles, no dia-a-dia da obra, conscientizem os trabalhadores de que isso é crime e, assim, sejam também agentes de proteção”, explica Rosana Junqueira.

O processo de sensibilização e formação de multiplicadores inicia-se na alta direção, passa pelos gerentes, técnicos e encarregados. “Formamos o primeiro a nível de chefia da obra – os

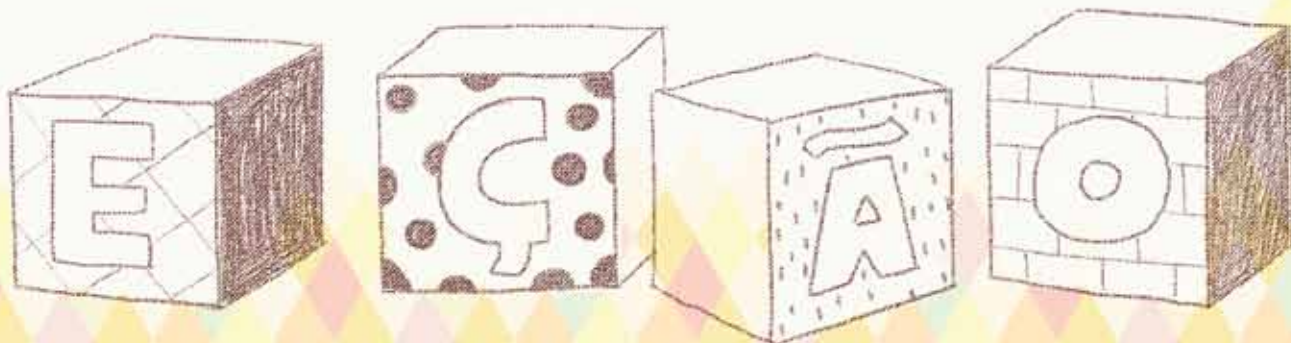
Ações governamentais

A maior participação dos governos no enfrentamento da exploração sexual é um consenso entre aqueles que lidam com o tema. Ao tomar posse, em janeiro, à frente da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), a ministra Maria do Rosário classificou a questão como prioridade da sua gestão. De lá para cá, a secretaria tem focado sua atuação em cobrar a responsabilidade da sociedade e aumentar os canais de interlocução, como o Disque Direitos Humanos.

Em fevereiro, o serviço – conhecido como Disque 100 – ampliou a sua capacidade. O serviço existe desde 2003, mas só agora passou a atender 24 horas. “Isso é importante, porque a exploração sexual começa às 18h”, diz Leila Paiva, coordenadora do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A divulgação

do novo serviço começou em 18 de maio, Dia do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O número de atendimentos aumentou 200%, o que também representa um aumento da sensibilização social.

A SDH também tem encarado como prioridade o impacto dos megaeventos esportivos que terão sede no Brasil. Segundo Leila Paiva, as diretrizes no momento são buscar novas linguagens e fortalecer a rede de proteção local, tendo como foco principal os estados que sediarão a Copa de 2014. A ideia é trabalhar em parceria com a iniciativa privada, engajando empresas na causa do enfrentamento para que elas também sensibilizem seus funcionários. “Trabalhamos também com a rede hoteleira e fechamos parcerias mais estreitas com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária”, conta Leila.



encarregados –, em quem a grande massa de trabalhadores se espelha”, diz Carolina Righi, gerente de Responsabilidade Social da construtora Camargo Corrêa.

O trabalho de conscientização também é feito com cartazes e flyers encartados nos holerites. Segundo Carolina Padilha, consultora em sensibilização para a Childhood Brasil, a violação de direitos é percebida quando se fala sobre isso. “Temos a preocupação de trabalhar numa abordagem positiva: falar para o trabalhador, desde o auxiliar de pedreiro até o engenheiro, que ele tem um papel importante na prevenção”, explica. “Muitos lembram dos filhos que deixaram em casa e há casos em que homens ‘vestiram a camisa’ e passaram a militar pela causa.”

Consolidado o trabalho do projeto Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Grandes Obras com o público interno – que já vem sendo realizado em seis municípios e está em implantação em outros três –, inicia-se agora uma nova etapa. Com a participação do Instituto Camargo Corrêa, através do programa Infância Ideal, o objetivo, agora, é fortalecer os laços da rede de proteção à infância e à adolescência, mobilizando organizações sociais e instituições públicas para o enfrentamento da exploração sexual.

No entorno da maior obra em andamento no país – a Usina Hidrelétrica Jirau, em Ron-

dônia –, o projeto foi expandido para além dos canteiros de obras em parceria com o Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CDCA), organização de Porto Velho. O objetivo é o fortalecimento das redes de proteção. Para isso, busca-se reunir os atores envolvidos – como o Ministério Público, secretarias de Educação e Saúde, além de ONGs – e apurar quais os serviços que já existem, como leitos de hospital. Outro foco é o fortalecimento dos conselhos tutelares e a elaboração de legislações específicas. “A exploração sexual já existia na região. Os pais são sempre viajantes, trazidos pela construção da ferrovia, o garimpo, a borracha. Agora, são muitos homens que vieram para trabalhar e não tem política pública para eles”, conta Fábria Sarmento Duarte Gomes, coordenadora do projeto Girassol Tecendo Redes, do CDCA.

A parceria entre Camargo Corrêa, ICC e Childhood Brasil também já levou o projeto de enfrentamento da exploração sexual a outros cinco municípios onde a construtora é responsável por grandes obras. Em São Luís do Maranhão, as primeiras ações foram realizadas na semana de 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Além do lançamento de uma campanha de sensibilização, foi assinado o Pacto de São Luís, do qual fazem parte organizações e empresas e que visa mobilizar



a sociedade no enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Em uma segunda etapa, já em andamento, o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes está sendo avaliado com o objetivo de preparar estratégias e realizar ações para colocá-lo em prática.

Em Abre Campo (MG), Cristalina (GO) e Fortaleza (CE), sempre em parceria com organizações locais, já foram desenhadas as ações que serão colocadas em prática nos próximos meses. Em Altamira (PA), a oficina que vai identificar as demandas e possibilidades de intervenção será realizada em agosto. ◆

Prevenção na estrada

Pelas estradas brasileiras, circula a maior parte da riqueza produzida no país, carregada por caminhões dirigidos, na imensa maioria das vezes, por homens. Esta mistura – clientes e dinheiro – leva a prostituição para a beira das estradas e, com ela, a exploração sexual de crianças e adolescentes. A Polícia Rodoviária Federal já identificou 1.820 pontos de prostituição onde há adolescentes apenas nas estradas federais. Pesquisa recente feita pela Confederação Nacional de Transportes com caminhoneiros apontou que em mais de 50% dos pontos de prostituição nas estradas brasileiras há crianças sendo exploradas. Na região Norte, a presença de crianças nos locais de prostituição chega a 70%.

Mas das estradas vem, também, um grande exemplo de parceria no enfrentamento da violência sexual. O programa Na Mão Certa, criado pela Childhood Brasil em 2006, mobiliza governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno da prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Mais de 950 empresas já assinaram o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, proposta pela Childhood em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As empresas assinam este pacto e a organização oferece ferramentas para capacitar motoristas de caminhão, conscientizando sobre o problema e fazendo com que eles se tornem também atores na prevenção da exploração. Quatro empresas do Grupo Camargo Corrêa são signatárias do pacto: construtora Camargo Corrêa, InterCement, CPFL Energia e CCR Via Oeste.



FAMÍLIA

AMOR

Educação, dever de todos

A qualidade da educação depende de uma gestão escolar que integre instituições, incentive a participação da comunidade e conte com profissionais preparados



FOTO: MARIANA GUERRA

FOCO NO ALUNO

Alto desempenho dos estudantes é a meta do Sistema de Gestão Integrado, em implantação em Ipojuca (PE)

O termo gestão remete à ideia de administrar. Mas, na escola, boa administração não significa apenas ser eficiente na aplicação de recursos financeiros ou ter criatividade para arrecadá-los. Num lugar onde o “produto final” são crianças e jovens aptos a encarar o mundo e capazes de exercer todo seu potencial, tudo aquilo que diz respeito ao ensino e à aprendizagem precisa ser bem administrado. Do projeto pedagógico ao giz disponível em sala de aula, da comunicação entre Secretarias de Educação e os diretores de escola às reuniões de pais e mestres, tudo precisa funcionar bem e a favor de fazer com que os alunos estejam na escola aprendendo. Por isso, o tema da gestão escolar tem ganhado lugar de destaque no debate sobre como alcançar educação de qualidade.

Assim como a gestão escolar abarca vários pequenos e grandes problemas do dia a dia da educação, as propostas e ações em andamento para melhorá-la também são variadas. Os especialistas e os gestores, no entanto, apontam três elementos fundamentais para que a gestão funcione a serviço da qualidade da educação: participação da comunidade na gestão, integração das instituições envolvidas e formação dos gestores.

Tudo isso, no entanto, depende de se estabelecer rumos através de um bom planejamento, que estabeleça metas e associe a cada uma delas ações a serem desenvolvidas e os responsáveis por realizá-las. “A escola necessitará, cada vez mais, lançar mão dos recursos do planejamento social e, no seu bojo, de programas de capacitação e metas, superando espontaneísmos e improvisações e garantindo a participação social nesse planejamento”, resume a diretora de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), Maria Luiza Martins Alessio.

Projetos que integram estes elementos têm sido levados adiante tanto pelo poder público como por organizações não-governamentais. O MEC, por exemplo, tem apostado na implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação da Escola (PDE-Escola), um instrumento de planejamento e gestão oferecido às escolas com desempenho abaixo da média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O programa assegura repasse de recursos para a concretização de planos de ação construídos coletivamente a partir de um diagnóstico da realidade escolar. Em 2010, foram atendidas 24 mil escolas. Este ano, estão previstas 19 mil escolas.

O MEC defende que estados e municípios regulamentem com lei específica a escolha de diretores. A indicação do minis-

GESTÃO INTEGRADA

Eliete Lins, secretária de Educação de Ipojuca, diz que SGI alinhou ações antes dispersas nas escolas



FOTO: MARIANA GUERRA

A escolha do gestor

Os diretores de escolas são figuras centrais na gestão escolar, por isso a forma como são escolhidos pode interferir diretamente sobre a qualidade da gestão e, por consequência, da educação. “Os estudos demonstram que os critérios usados por secretários de Educação para nomear diretores acabam colocando à frente das escolas pessoas despreparadas, sem visão de educação e sem compromisso com a causa pública”, afirma Regina Estima, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Mozart Neves, do Movimento Todos pela Educação, defende a profissionalização da gestão, o estabelecimento de um contrato entre a secretaria e o gestor que institua direitos e deveres, bem como metas e um monitoramento que garanta o seu cumprimento. Este contrato deveria existir mesmo nos casos de eleição dos diretores. O Ministério da Educação defende que a forma de escolha dos diretores deve ser regulamentada em lei e contar com a participação da comunidade escolar, mas não sem haver critérios técnicos de mérito e desempenho na indicação dos candidatos.



ESPECIALISTAS

Gestores e educadores da Paraíba participaram de jornadas de formação equivalentes a especialização em gestão escolar

mas sem integração ou foco. “A gente não tinha esse monitoramento, então, a intervenção podia chegar muito tarde. Hoje, a gente vê que existe alguma deficiência a tempo de atuar e mudar aquele quadro”, conta. O município criou, inclusive, um sistema de avaliação próprio – o Avalia – que, junto com o Ideb, é usado para medir avanços na qualidade da educação e reconhecer as escolas com melhor desempenho.

Os resultados já são observados. Maria de Fátima Silveira, secretária-adjunta de Educação de Mogeiro, atribui o crescimento do número de alunos matriculados na rede municipal à implementação da metodologia. “Antes do SGI, nós tínhamos 1.700 alunos na rede municipal. Agora, temos 2.700. Os pais estão percebendo que o município oferece um ensino de qualidade”, conta. Ela acrescenta ainda dois outros aspectos: melhorias consideráveis na aprendizagem dos alunos em duas metas prioritárias – ler e escrever – e uma maior participação dos pais na vida escolar dos filhos.

tério é que a escolha conte com a participação da comunidade escolar, mas não sem haver critérios de mérito e desempenho na indicação dos candidatos.

“Secretaria, escola, classe e aluno tem de jogar de forma alinhada, cada um dando suporte ao outro, formando uma ‘escada’ de alto desempenho”, define a gerente operacional da Fundação Pitágoras, Tânia Mara. Ou, nas palavras de Dezia Roberta, gestora da Escola Municipal Manoel Luiz Cavalcante Uchoa, em Ipojuca (PE): “Todo mundo tem deveres: o zelador, o guarda, o professor, a merendeira, a secretária. Para chegar até o aluno, que é o foco.”

INTEGRAÇÃO E RESULTADOS

Como outros gestores e educadores do município pernambucano e de seis cidades paraibanas – Alagoa Nova, Campina Grande, Guarabira, Ingá, Mogeiro e Serra Redonda –, Dezia participa das jornadas de formação realizadas pela Fundação Pitágoras, em parceria com o Instituto Alpargatas. Os participantes, que receberão uma certificação de especialização, tornam-se multiplicadores da metodologia. Cabe ao município levar o modelo para as demais escolas da rede e implementar, de fato, o SGI.

Mesmo em fase inicial, em Ipojuca o SGI já conquistou a adesão das escolas. Segundo a secretária de Educação, Eliete Lins, muitas das ações propostas já eram realizadas, mas sem um alinhamento entre elas. “Nós temos 80 escolas. Uma fazia de uma forma, outras faziam de outra, dava certo em uma escola, em outra não”, conta.

A secretária de Guarabira, Micheline Paulino Pereira, também aponta que gestores e professores já faziam tentativas de melhorar a gestão das escolas,

PARTICIPAÇÃO DE TODOS

A participação de toda a comunidade escolar – diretores, professores, funcionários, alunos, pais e representantes da sociedade local – é um traço importante de uma gestão escolar que seja eficiente para promover a educação de qualidade. “Não há uma coisa única, um elemento isolado, que, se bem trabalhado, reverterá em ensino de qualidade para todos os alunos”, diz Tania Mara.

O MEC aposta na abertura das estruturas administrativas para promover esta

participação e chegar a um modelo de gestão democrática. O ministério incentiva a criação de Conselhos Escolares através da formação de técnicos das secretarias estaduais e municipais em cursos à distância, oferecidos em parceria com universidades federais, e através de formações presenciais nos estados.

A formação, como se vê, é parte fundamental do processo de melhoria da gestão escolar, seja para implementar novidades, seja para mantê-las. “A formação continuada, tanto do gestor quanto da rede, é fundamental e tem que ser capaz de provocar inovação e criatividade”, diz Mozart Neves, conselheiro do Movimento Todos pela Educação e membro do Conselho Nacional de Educação.

Esta formação, no entanto, não se resume apenas a professores e diretores. Para Regina Estima, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), é preciso integrar de fato a comunidade à realidade da escola. “Não basta ter uma mãe voluntária de muito boa vontade que repita na escola o que ela faz com o filho em casa. Um alinhamento de intencionalidades entre esses atores é fundamental, desde a macro até a microgestão”, ressalta. Isso exige formação, também. Maria Luiza, do MEC, alerta para a “necessidade de formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos que constituem essa comunidade, para que a tomada de decisões seja consequência de uma avaliação séria da realidade escolar e que tenha como foco o direito de aprender”.

Os gestores da educação – secretários, diretores e outros funcionários da rede escolar – são, no entanto, um foco importante das iniciativas por serem eles os grandes responsáveis por manter o sistema funcionando. O Cenpec, por exemplo, tem feito um trabalho alinhado ao MEC. O Programa Melhoria da Educação no Município atua na formação e atualização de gestores municipais de educação, mostrando a relevância dos planos municipais de educação e subsidiando-os na formulação e implementação das ações. Iniciado em 1999, o programa já beneficiou mais de mil municípios e formou cerca de 3.500 gestores. O MEC ainda mantém o Programa Nacional Escola de Gestores, que oferece, desde 2006, especialização em Gestão Escolar em parceria com 32 universidades federais. ◆

Troca de experiências

Cerca de 150 pessoas – entre secretários de Educação, educadores, pedagogos e profissionais do Grupo Camargo Corrêa – participaram do seminário Caminhos da Educação, realizado pelo ICC nos dias 5, 6 e 7 de maio, em Ipojuca (PE). O objetivo foi promover a troca de experiências entre os municípios nos quais é desenvolvido o programa Escola Ideal, onde experiências de sucesso na promoção da qualidade da educação têm sido realizadas pelo poder público e organizações da sociedade civil.

Representantes de Alagoa Nova (PB), Apiaí (SP), Belo Horizonte (MG), Campina Grande (PB), Datas (MG), Guajará-Mirim (RO), Guarabira (PB), Ijaci (MG), Ingá (PB), Ipojuca (PE), Itaoca (SP), Mogeiro (PB), Pedro Leopoldo (MG), Porto Velho (RO), Santana do Paraíso (MG), Serra Redonda (PB) e Sorocaba (SP) participaram do encontro, cujas palestras principais trataram do tema da gestão escolar, estratégias pedagógicas, educação inclusiva, conselhos escolares, resultados do Ideb, leitura e escrita e a mobilização social a favor da educação.



FOTO: MARIANA GUERRA

ENCONTRO

Seminário do programa Escola Ideal reuniu 150 pessoas em Pernambuco

EMPREENDEORISMO

Empr solida

COOBTEC

Em Cabo de Santo Agostinho (PE), jovens
criam cooperativa agrícola com apoio do
projeto Tempo de Empreender

A group of approximately ten young adults are posing on a yellow tractor in a lush, tropical environment. The tractor is parked on grass, and several palm trees are visible in the background. The group consists of both men and women, dressed in casual attire like t-shirts, jeans, and jackets. They are all smiling and looking towards the camera. One man in the center is wearing a bright green t-shirt with a graphic design. A woman is sitting on the ground in front of the tractor, leaning against it. The overall atmosphere is cheerful and collaborative.

Empreendedorismo e solidariedade lado a lado

Cooperação e troca de experiências é chave para o sucesso de empreendimentos solidários



FOTO: MARIANA MACHUEIRA



FOTO: ANGÉLICA LUERSEN

INTERCÂMBIO

Jovens da Coobtec conheceram técnicas usadas pela Cooperativa Extremo Norte, de Alpestre (RS), para processar mandioca

PARA SABER MAIS

Links

- ❖ Site da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho – <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria>
- ❖ Página da Unidade de Desenvolvimento Territorial do Sebrae Nacional - <http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial>

“Nos disseram que tinha uma betoneira lá que lavava a macaxeira. E a gente pensava: ‘Betoneira? Que mistura concreto naquela velocidade enorme? Como? A macaxeira, quando bate muito, ela fica amarga!’.” Para espanto de Jesaías de França Souza, um dos 22 jovens idealizadores da Cooperativa de Beneficiamento, Assistência Técnica e Comercialização de Produtos Agropecuários (Coobtec) de Cabo de Santo Agostinho (PE), era assim mesmo que a Cooperativa Extremo Norte lavava a macaxeira. Ou, no caso, a mandioca, já que o empreendimento que os jovens da Coobtec tiveram a oportunidade de visitar no final de março funciona em Alpestre, no Rio Grande do Sul.

A Cooperativa Extremo Norte lava, corta, embala e comercializa a mandioca produzida por 150 famílias de agricultores. Seus produtos já são vendidos para redes de supermercados e a demanda só faz crescer. O sucesso exigiu a modernização do processo de industrialização, por isso os produtores gaúchos já até trocaram a betoneira por outro equipamento, maior e mais eficiente. Esta nova experiência também está sendo compartilhada entre as duas cooperativas. O resultado: a Coobtec vai iniciar a agroindústria de processamento da macaxeira produzida por 70 famílias da região pulando a etapa da betoneira.

A troca de experiência entre os dois empreendimentos tem sido possível graças ao apoio do programa Futuro Ideal, do Instituto Camargo Corrêa, em parceria com o Departamento de Economia Solidária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As duas cooperativas fazem parte da série de projetos Tempo de Empreender, que têm incentivado o cooperativismo como forma de geração de renda em vários estados, sempre com o apoio de organizações locais.

A visita à cooperativa gaúcha fez parte da estratégia para que os jovens empreendedores pernambucanos pudessem fazer nascer a Coobtec. Já consolidado, o empreendimento de Alpestre pode compartilhar experiências, o que é fundamental para o sucesso dos empreendimentos solidários. “O espírito de cooperação e solidariedade existente entre esses empreendimentos é um fator-chave para assegurar a inclusão sócio-produtiva e a geração de oportunidade de trabalho e renda para uma expressiva fatia da população brasileira”, afirma Augusto Togni, analista técnico da Unidade de Desenvolvimento Territorial (UDT) do Sebrae Nacional.

NORDESTE E SUL

Coobtec e Cooperativa Extremo Norte promovem o desenvolvimento de comunidades rurais

Macaxeira

A Coobtec é fruto da ideia de 22 alunos recém-formados no curso técnico em Agropecuária na Escola Agrícola do estado de Pernambuco que decidiram aplicar o que aprenderam e explorar os recursos oferecidos pela própria região ao invés de atuar em outra área ou até mesmo em outra localidade, como é comum entre os jovens da região de Cabo de Santo Agostinho. Com o apoio do projeto Tempo de Empreender, do ICC, a cooperativa começará com uma linha de processamento de macaxeira, visando atender a demanda do porto de Suape. “O projeto está beneficiando o agricultor, o jovem, o mercado e até o trabalhador lá do porto”, comemora Otávio Junior, diretor do Instituto para Desenvolvimento de Empreendimentos, Instalação e Aceleração (Ideia), parceiro local do ICC no projeto.

Além da produção de macaxeira, a cooperativa também pretende prestar assessoria ao agricultor e, futuramente, incluir outros produtos cultivados na região à sua linha de processamento. “O projeto permitirá que os jovens se empoderem do processo de autogestão, tornando-se sujeitos do seu próprio desenvolvimento”, afirma Francine Vilela Marcondes, membro do Comitê de Incentivo ao Voluntariado e Interação com a Comunidade (Cívico) do Consórcio CNCC - Camargo Corrêa CNEC, que acompanha o desenvolvimento do Tempo de Empreender.

Mandioca

Fundada em 2007, a Cooperativa Extremo Norte nasceu de um projeto acadêmico que pretendia dar vida a estruturas agroindustriais que, na época, estavam abandonadas no município de Alpestre (RS). A intenção era atender aos produtores e à sociedade em geral, e não somente às agroindústrias já instaladas. Com o apoio do projeto Tempo de Empreender, realizado pelo ICC e construtora Camargo Corrêa, em parceria com o Sebrae-RS, a cooperativa conseguiu acelerar a instalação da agroindústria de o processamento de mandioca e hortaliças. Além da mandioca, a cooperativa mantém uma agroindústria de panificação e outra de derivados de cana-de-açúcar. Em breve, iniciará a produção de sucos. Esta expansão será financiada através do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o ICC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “As famílias estão animadas com suas unidades familiares, pois alguns filhos retornaram para suas propriedades por causa do sucesso da cooperativa”, diz Wagner Bohn, diretor executivo da Extremo Norte.

A Extremo Norte também agrega à sua missão a assistência técnica ao produtor local, estabelecendo assim, um compromisso com todas as etapas do processo e um elo da produção da pequena propriedade com os grandes mercados consumidores.



FOTOS: ANGÉLICA LÜRSÉN

VOCAÇÕES E SOLUÇÕES

O sucesso dos empreendimentos solidários está intimamente relacionado a um bom planejamento que consiga lidar com as vocações, demandas e recursos da região onde se está instalado. Para Jorge Streit, presidente da Fundação Banco do Brasil, uma das organizações mais envolvidas com o apoio a empreendimentos solidários no país, considerar as vocações regionais possibilita o envolvimento da comunidade local e a continuidade das ações e dos empreendimentos econômicos e solidários. “Respeitar a cultura e vocações locais é o que torna viável o desenvolvimento comunitário, a confiança e o empoderamento dos grupos sociais”, defende.

A troca de experiências entre estas iniciativas é também uma estratégia importante. Embora lidem com realidades diferentes, as soluções encontradas por um grupo podem servir para que outro lide com problemas semelhantes. Segundo Streit, a replicação de iniciativas que dão certo é importante no trabalho de promover o desenvolvimento sustentável. “Experiências bem sucedidas servem de inspiração e modelo de atuação para outros empreendimentos e grupos sociais”, afirma Streit.

“Os intercâmbios e a troca de conhecimento entre os empreendimentos solidários possibilitam aprendizados dinâmicos que influenciam de forma prática e objetiva as adaptações e melhorias no modelo de gestão, nos processos produtivos ou nas formas de acesso a mercado e comercialização”, diz Togni, do Sebrae Nacional. No caso da Coobtec, além de avaliarem

o desempenho dos equipamentos da agroindústria – como a betoneira –, os jovens empreendedores também perceberam a necessidade de orientar os produtores agrícolas na questão do manejo e da comercialização dos produtos e, por isso, prestarão um serviço de assistência técnica ao agricultor.

Para quem “serve de exemplo”, o intercâmbio torna-se também motivo de orgulho e motivação. “A troca de experiência com o pessoal de Cabo foi um marco histórico, não só para a Cooperativa Extremo Norte, mas para todo o município de Alpestre. Essa experiência nos proporcionou mostrar e orientar para que eles não tenham tanta dificuldade na realização ou na conclusão do projeto”, relata Wagner Rogério Bohn, diretor executivo da Cooperativa Extremo Norte.

POLOS E REDES

O intercâmbio também pode resultar na associação entre empreendimentos para lidarem com problemas comuns ou para expandir negócios e garantir sustentabilidade. Em Apiaí, município do interior de São Paulo, a experiência de sucesso de um grupo de artesãs incentivou a criação de um Polo de Cerâmica, envolvendo artesãos do entorno da região, o Alto Vale do Ribeira.

O Grupo Arte nas Mãos foi formado a partir da Associação de Artesãs de Apiaí Custodia de Jesus da Cruz com o apoio do projeto Moldando um Futuro Melhor. Realizado pelo ICC em parceria com o Instituto Meio e a InterCement, o projeto teve

FOTO: ROBERTO STELZER



início em 2009 e foi concluído neste ano. “A gente tinha uma associação, mas não tinha noção de preços”, explica Marina Gomes, coordenadora do Arte nas Mãos. A artesã ressalta a importância das oficinas de formação, de apoio à comercialização e gestão aplicadas pelo programa Futuro Ideal. O grupo está discutindo um novo projeto com o Instituto Camargo Corrêa e o BNDES, para seguir ampliando suas atividades, além de estar envolvido na criação do polo ceramista. “Nossa expectativa é que o Polo de Cerâmica atraia muito mais pessoas e aumente nossa produção e também as vendas”, afirma.

Lars Diederichsen, do Instituto Meio, salienta o caráter solidário do projeto. “O Polo irá beneficiar toda a cadeia produtiva, fomentando a cooperação entre os empreendimentos, principalmente no uso comunitário de espaços e equipamentos, em ações de mercado e no estabelecimento de um padrão de qualidade. Além do artesanato, será fomentada a visita aos locais de produção, incentivando outras fontes de renda, como o turismo.”

A união de esforços entre empreendimentos não se limita a iniciativas locais ou regionais. Augusto Togni, do Sebrae Nacional, cita dois exemplos de redes que reúnem iniciativas baseadas na economia solidária: a Unisol Brasil, uma cooperativa central que agrupa mais de 700 empreendimentos solidários, e a Central Justa Trama, que representa empreendimentos que compõem a cadeia do algodão agroecológico. “Esses empreendimentos se reúnem, por exemplo, para discutir com o governo em prol de benefícios fiscais, bem como para tratar de assuntos que possam minimizar os custos de produção por meio de compras coletivas e assegurar melhores condições de competitividade por meio da formulação de preços mais acessíveis”, explica o especialista.

Ao participarem das redes ou grupos, as cooperativas ou associações têm a possibilidade de, como diz Togni, tratar de interesses comuns aos empreendimentos solidários que atuam em segmentos econômicos semelhantes. É possível, assim, alavancar ações e projetos importantes de forma conjunta, como capacitações diversas, intercâmbios, inovações processuais e acesso a microcrédito. Todos bons motivos para que os empreendimentos fortaleçam seus laços de solidariedade. ◆



DA TERRA

Agricultores de Cabo de Santo Agostinho serão beneficiados com criação da Coobtec

EcoSol

Os empreendimentos econômicos solidários:

- São organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes exercem a autogestão das atividades e da distribuição dos seus resultados.
- Realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.
- As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- Podem dispor ou não de registro legal.
- São singulares ou complexos: podem ser uma cooperativa de produtores rurais, por exemplo, ou uma associação de cooperativas.

(Fonte: Site da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho)

Intercâmbio e motivação

Seminário Futuro Ideal reúne empreendedores apoiados pelo programa do ICC

O 3º Seminário Futuro Ideal, realizado entre os dias 29 de junho e 2 de julho, em Fortaleza (CE), foi mais uma oportunidade de troca de experiências entre os empreendimentos apoiados pelo programa do Instituto Camargo Corrêa (ICC). O evento é realizado pelo terceiro ano consecutivo com o intuito de oportunizar a integração entre os projetos e a articulação entre os empreendimentos, além de uma reflexão sobre questões importantes para o setor. Desta vez, o tema do evento foi “Empreendimentos solidários: caminhos para a autogestão”.

Maria Madalena Pereira, presidente do grupo de pequenos agricultores beneficiados pelo projeto Tempo de Empreender Goiás, diz que a articulação entre projetos é o destaque do encontro. “Você volta com coisas diferentes para ensinar”, disse ela, que participou também da segunda edição, em 2010.

Liziane Dranca Silva Brito, coordenadora do projeto Geração Y, que incentiva o empreendedorismo econômico e social de jovens de baixa renda do município de Curitiba (PR), resalta a importância do encontro para os jovens: “É legal ver a abertura das perspectivas dos jovens ao participarem de um encontro com pessoas que estão empreendendo no Brasil inteiro.”

Para Cícero Ferrer, membro da Coopersurf, cooperativa de surfe localizada na comunidade da Vila do Mar, em Fortaleza, o seminário agrega talentos e, com isso, aumenta a motivação dos empreendedores. “Isso trouxe para o nosso grupo motivação e entusiasmo. Certamente, teremos um futuro ideal bem próximo da gente”, comentou.

O projeto, integrante do programa Futuro Ideal, encontra-se em fase inicial e já pôde expor na Casa Ideal exemplares de sua produção de pranchas. A casa cenográfica, montada exclusivamente para o evento, exibiu objetos de decoração, alimentos, utilitários, vestuário, uniformes, mudas de árvores e outros produtos dos empreendimentos participantes do programa Futuro Ideal em todo o Brasil. ◆



EM EXPOSIÇÃO

Casa Ideal expõe produtos dos empreendimentos apoiados pelo ICC

Caminho da autogestão



FOTOS: GABRIEL GONÇALVES

Luiz Inácio Gaiger, coordenador da Rede de Investidores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária e professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), realizou a palestra de abertura do 3º Seminário Futuro Ideal. Durante o evento, apontou como a autogestão pode ser um instrumento a favor da erradicação da pobreza ao fortalecer os empreendimentos solidários e transformá-los em alternativa de geração de renda. Antes do seminário, Gaiger concedeu a seguinte entrevista à **Ideal Comunitário**:

O que define a autogestão?

No contexto da economia solidária, autogestão diz respeito a organizações que tenham pelo menos duas ou três características específicas. Primeiro, igualdade de participação dos membros na condução desta organização. A segunda, a democracia. A igualdade de participação deve envolver os indivíduos, independente de gênero, raça, condições econômicas, culturais. Em terceiro lugar, significa uma igualdade do ponto de vista econômico, uma participação similar em aportes de trabalho ou financeiros, quando isso é necessário, e também na distribuição dos resultados da atividade da organização. Ainda é importante ressaltar que a autogestão se dá nas deliberações sobre o que faz o empreendimento e na realização das atividades produtivas, de forma que haja uma participação ativa de cada trabalhador na definição do que cabe a cada um como trabalho e lhe possibilite uma visão ampla do conjunto da atividade. Autogestão é, portanto, uma ideia que deve ser traduzida e concretizada em diferentes níveis.

Quais os desafios para os empreendimentos coletivos adotarem a autogestão?

O que facilita a autogestão é quando ela combina bem com o espírito dos participantes da organização, quando eles confiam no grupo e acreditam no trabalho coletivo. Também, quando há uma experiência prévia. Os empreendimentos solidários prosperam onde já alguma malha social. E há, ainda, a questão da natureza das atividades. Seria difícil imaginar que profissionais autônomos, como aqueles que têm um carrinho de pipoca, consigam trabalhar em organizações coletivas. Agora, talvez eles pudessem trabalhar juntos para reforçar esta atividade individual: criar uma marca conjunta, buscarem juntos opções de microcrédito. Em outros casos, como na produção agroecológica, a associação é essencial. É importante, então, que os aspectos subjetivos e objetivos favoráveis sejam alinhados para se chegar à autogestão.

Qual a importância de programas como o Futuro Ideal, que apoia grupos de empreendedores na busca de alternativas para a geração de renda e o desenvolvimento local, trabalharem na perspectiva também da promoção da autogestão?

Agências de fomento, ações e programas de organizações do Terceiro Setor, bem como as políticas públicas, têm a sua importância tanto do ponto de vista da compreensão da autogestão, como em fomentar atividades mais afeitas a ela. Estas atividades fazem parte da tradição das comunidades, mas muitos empreendedores perdem esta memória, tendem a entrar na lógica da competição, do mercado. Retomar esta memória, revitalizar estas atividades é importante. ◆

Engajamen



Projetos de fôlego realizados por voluntários do Grupo Camargo Corrêa mostram a ligação entre voluntariado e desenvolvimento comunitário

EXEMPLOS
Em Recife (PE), Pedro Leopoldo (MG), Araucária (PR) e Campinas (SP), Gaivs desenvolvem projetos de longo prazo

Promover a mobilização social a favor da educação no município de Araucária (PR). Apoiar a inserção no mercado de trabalho de jovens mulheres da região metropolitana de Recife (PE). Melhorar as condições de atendimento da maternidade pública de Pedro Leopoldo (MG). Incentivar o desenvolvimento pessoal de mães adolescentes de Campinas (SP). Estes são quatro exemplos de objetivos que motivam profissionais de empresas do Grupo Camargo Corrêa a se dedicarem ao trabalho voluntário. Nestes casos, de uma forma mais perene.

Nas quatro cidades, Grupos de Ação Ideal Voluntário (Gaivs) desenvolvem projetos de fôlego em parceria com organizações locais. Os Gaivs são formados dentro de unidades das empresas do Grupo e são a base do programa Ideal Voluntário, que o Instituto Camargo Corrêa realiza com o objetivo de promover a cultura do voluntariado entre os profissionais (*veja quadro*).

O fato de os Gaivs optarem por trocar um cronograma de atividades pontuais por projetos longevos é um exemplo do ciclo virtuoso que une o voluntariado e o desenvolvimento comunitário. Ligação que está na base da estratégia desenhada pelo ICC para o programa. “Todo o trabalho do Instituto baseia-se na realização de ações, mas também de formar grupos de pessoas ou instituições que ajudem a criar um tecido social mais perene”, explica João Teixeira Pires, superintendente do ICC. “Os Gaivs criam novos nós nestas redes, tanto ao estabelecerem laços com organizações locais, como ao fortalecerem os vários projetos do ICC.”

Para Paulo Castro, diretor presidente do Instituto C&A e membro do Grupo Consultivo do programa Ideal Voluntário, um dos aspectos positivos das ações de promoção do voluntariado é justamente mobilizar para a participação social. “Elas são uma provocação para que o profissional conheça o entorno, os atores que estão ali e qual a contribuição que ele pode dar”, diz. Desta forma, é quase natural que as atividades voluntárias ganhem caráter mais sistemático. Os exemplos de Campinas, Pedro Leopoldo, Recife e Araucária estão aí para provar.

to longo prazo

MATERNIDADE EM SEGURANÇA

Em Pedro Leopoldo, o Gaiv Amigos da Maternidade coloca a serviço da comunidade conhecimentos usados no dia a dia do trabalho na unidade da InterCement. O grupo de voluntários tem se dedicado a melhorar as condições de segurança do trabalho e gestão ambiental na Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho. Ao longo do primeiro semestre, as equipes de voluntários realizaram o planejamento das rotinas de segurança, a revisão das estruturas voltadas para este fim e a formação de brigadas de incêndio. “Levamos para lá o trabalho que é rotina dentro da fábrica”, comenta Edmar Vicente de Rezende, coordenador do Gaiv e gerente da área de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da InterCement de Pedro Leopoldo. “Tem coisas que podem ser resolvidas pelos próprios funcionários, mas ele não conseguem enxergar os problemas como nós, que já temos uma visão crítica sobre a questão da segurança”, comenta o voluntário Leandro José dos Santos, profissional da área de produção. A meta do projeto é, justamente, fazer com que a equipe da instituição possa assumir a gestão da segurança sem a presença dos voluntários. O Gaiv não pretende se afastar da maternidade e irá promover novas ações, agora no Dia V, evento de voluntariado realizado pela Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais.



FOTOS: DAVI ZOCOLI

AMBIENTE SEGURO

Voluntários da InterCement ajudam a implementar medidas básicas de segurança do trabalho na maternidade pública de Pedro Leopoldo (MG)

VOLUNTARIADO

PRESEÇA CONSTANTE

Em Campinas, profissionais da HM organizaram ciclo de atividades com mães adolescentes



FORMANDO MÃES

Em Campinas, o Gaiv Ações para um Futuro Bom, da HM Engenharia, é resultado direto da realização do Dia do Bem Fazer, evento anual de voluntariado promovido pelo ICC, e da parceria entre a empresa e o Instituto no projeto Construvidas, que oferece formação profissional na área da construção civil. “A parceria abriu o caminho para conhecermos as atividades do ICC e o Dia do Bem Fazer plantou a semente do voluntariado entre os profissionais”, diz Marcos Feliciani, diretor de Obras da HM. A decisão de trabalhar em um projeto com a Casa Divina Pastora, que atende meninas de 13 a 17 anos durante a gravidez e o pós-parto, veio após o diagnóstico realizado pelo grupo sobre instituições que trabalham com voluntários. “Praticamente todas as nossas atividades dependem de voluntários, mas é a primeira vez que eles vêm de uma empresa, organizados, e tem sido muito bom contar com a presença constante deles”, comenta Luciane Maria de Souza, coordenadora da Casa, ressaltando o compromisso do grupo com a realização das atividades. Os voluntários mobilizados pelo Gaiv realizaram oficinas de shantala (massagem para bebês), redação de currículos e decoração de quartos infantis com material reciclado, entre outras ações. Adriana Silva, mãe de Carla, diz que se sente mais preparada para procurar um emprego. “A gente aprendeu a fazer currículos e a se maquiar!”, comemora. Hoje, a HM já conta com 6 Gaivs em suas várias unidades em Campinas e Barretos. Para Roberta Loureiro, gerente de Sustentabilidade da HM e coordenadora do Gaiv de Campinas, está claro para os profissionais que o trabalho voluntário traz “benefícios a todos os envolvidos com a empresa desde os fornecedores até os funcionários e clientes”.

MENTORES

Voluntários apoiam jovens mulheres pernambucanas na busca por um lugar no mercado de trabalho



PELA INTERNET

Reconhecer uma iniciativa promissora à qual pode-se somar forças é uma demonstração de amadurecimento da relação entre o grupo de voluntários e a comunidade onde atua. E foi esta a opção do Gaiv formado na obra Estrada da Batalha da construtora Camargo Corrêa, na região metropolitana de Recife. Os voluntários participam das atividades do projeto E-mentoring, criado pela ONG Academia para o Desenvolvimento da Educação – ADE Brasil. “Eles tinham esta atividade em que voluntários individuais trabalham como mentores de jovens mulheres, visando a inserção delas no mercado de trabalho, mas é a primeira vez que uma empresa mobiliza voluntários”, conta Joanna de Angelis Bastos Vieira, coordenadora do Gaiv e gerente de Responsabilidade Social da obra. Cerca de 30 profissionais dedicam uma hora por semana à mentoria, que é feita online e com horário marcado através de um site específico do projeto. “Criamos um site que permite que os voluntários conversem com as mentorandas nos seus postos de trabalho”, explica Joanna. Os recursos para criar o site foram cedidos pelo ICC e também pela Fundação Nike. Além da mentoria, os voluntários também organizaram um ciclo de palestras sobre temas como equidade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos.

MOBILIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

O trabalho dos voluntários do Consórcio Repar-CCPR, do qual faz parte a construtora Camargo Corrêa, reforça não um projeto, mas uma política pública. O Gaiv Zé Coque em Ação é um dos principais atores da instalação do Comitê do Plano de Mobilização Social pela Educação no município de Araucária. O plano é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e visa engajar as famílias e a comunidade escolar no acompanhamento do desempenho das crianças e das atividades escolares. “Temos realizados oficinas para conhecer o universo da educação e uma campanha com o público interno para que os pais acompanhem a vida escolar dos filhos”, relata Aline Sanchotene, coordenadora de sustentabilidade do Consórcio Repar-CCPR e representante do Gaiv no comitê municipal do plano. As atividades contam com o apoio da Promon, outra empresa do consórcio, e do Instituto Razão Social. Através de uma parceria com a unidade local da Gerda, as formações foram realizadas também com profissionais da siderúrgica. Em 18 de novembro de 2010, o grupo de mobilizadores realizou um evento para sensibilizar mais empresas e também os educadores de Araucária. Com a expansão da mobilização, o grupo conseguiu marcar uma reunião com a Secretaria de Educação para levar o plano para toda a rede municipal. A experiência do Gaiv tornou-se exemplo: em maio, o grupo apresentou sua experiência no seminário Caminhos da Educação, que reuniu os municípios envolvidos em outro programa do Instituto Camargo Corrêa, o Escola Ideal. Agora, o Comitê Municipal de Mobilização Social pela Educação trabalha para realizar o Plano de Comunicação desenhado por ele.



FOTOS: RM-MEDEIROS

TODOS JUNTOS

Profissionais do consórcio CCPR-Repar reúnem-se com Secretaria de Educação de Araucária para implantar Plano de Mobilização no município

Ideal Voluntário

É o programa do Instituto Camargo Corrêa (ICC) que estimula o voluntariado corporativo e a participação cidadã dos profissionais do Grupo Camargo Corrêa. É um programa transversal, que atua de forma integrada aos demais programas do ICC, fortalecendo as ações do Instituto nas áreas da infância, da educação e do empreendedorismo. O Ideal Voluntário está instalado em 60 localidades espalhadas pelo Brasil.

Cívico

O Comitê de Incentivo ao Voluntariado e Interação com a Comunidade (Cívico), formado em cada unidade do Grupo Camargo Corrêa, trabalha para fortalecer os vínculos da empresa com a comunidade, apoiando e orientando os Gaivs. É constituído pelo Gerente da Unidade e por profissionais da área de Comunicação, Recursos Humanos, Administrativa, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, e profissionais interessados.

Gaiv

O Grupo de Ação Ideal Voluntário (Gaiv) é formado por profissionais voluntários interessados em atuar diretamente nas ações. Cada equipe tem entre 3 e 8 profissionais, além de 2 convidados da comunidade. Considerando as demais ações do ICC na região e as demandas da comunidade, os Gaivs criam um plano de atividades, que é inscrito no site do programa – www.idealvoluntario.org.br – para validação do ICC.

Domingo da cidadania

Dia do Bem Fazer 2011 será realizado em 21 de agosto e vai mobilizar profissionais do Grupo Camargo Corrêa em 7 países em torno de ações voluntárias

Um domingo dedicado ao exercício da cidadania e da solidariedade. Assim será o dia 21 de agosto para milhares de profissionais do Grupo Camargo Corrêa. Nesta data, o Instituto Camargo Corrêa (ICC) promove a terceira edição do Dia do Bem Fazer. Em diversas cidades em sete países, grupos de voluntários realizarão, simultaneamente, ações em prol das comunidades onde vivem ou trabalham.

Criado em 2009 para comemorar os 70 anos do Grupo Camargo Corrêa, o Dia do Bem Fazer já ganhou status de evento anual de solidariedade. A iniciativa faz parte do programa Ideal Voluntário e é realizada sempre em um domingo do mês de agosto.

Além de contribuir com o desenvolvimento das comunidades do entorno das unidades das empresas participantes, o Dia do Bem Fazer tem como um dos seus objetivos promover e divulgar a cultura do voluntariado. Todo o processo de organização do evento é pensado, ainda, com o intuito de aumentar a mobilização social, estimular parcerias entre os três setores – governo, empresas e sociedade civil – e aumentar o vínculo entre os profissionais e as comunidades.

As atividades são definidas pelos próprios voluntários, num processo que se inicia com a constituição de um Comitê do Dia do Bem Fazer nas várias unidades das empresas participantes. Estes comitês, a partir da análise da realidade local e do diálogo com entidades parceiras, propõem as ações a serem realizadas. Para o Dia do Bem Fazer 2011, a meta é alcançar 100 atividades organizadas e realizadas pelos grupos de voluntários. Nesta edição, 17 empresas participam do evento, sendo que três delas pela primeira vez: CCR Via Oeste, CPFL Energia e Estaleiro Atlântico Sul.

Na primeira edição, cerca de 6 mil pessoas participaram de 72 ações em 3 países. Em 2010, o número de participantes aumentou para 8 mil. Foram realizadas 95 atividades em 10 países.

Este ano, o Dia do Bem Fazer tem como lema “O papel de transformar esperanças em realidade”, traduzido nas peças de comunicação do evento por um pássaro feito em origami. O pássaro é uma versão estilizada de um beija-flor, uma forma de juntar a arte japonesa a uma referência bem brasileira. A arte oriental do origami, que transforma um simples pedaço de papel em figuras cheias de significado, traduz a intenção do Dia do Bem Fazer e do trabalho voluntário: intervir para mudar a realidade das comunidades para melhor. ◆

DiaDo
BemFazer
Quem faz hoje muda o amanhã



Este espaço está aberto a opiniões, sugestões e debates a respeito de reportagens publicadas na revista *Ideal Comunitário*, do Instituto Camargo Corrêa. O e-mail de contato é instituto@institutocamargocorrea.org.br

Parabéns pela última edição da Revista. Ficou excelente principalmente em relação ao artigo com Rubem Alves.

Joselia Climene R. Moreira Duarte

Santana do Paraíso-MG

No Ipad e no Iphone

A **Ideal Comunitário** é a primeira revista corporativa voltada ao terceiro setor desenvolvida no Brasil que disponibiliza versão para iPads e iPhones.

Para acessá-la, entre na “loja” da Máquina PR na Apple Store e baixe o aplicativo. A Máquina PR é a empresa responsável pela realização da publicação.

Sugestões dos leitores

Pesquisa online aponta temas e sugestões dos leitores da revista Ideal Comunitário

Entre abril e junho, leitores da revista **Ideal Comunitário** puderam participar de uma pesquisa online sobre a publicação. A enquete permitiu conhecer um pouco mais o perfil dos leitores, além de recolher sugestões de pauta.

Os resultados da pesquisa mostram que a maior parte dos leitores tem ligação direta com

a atuação do Instituto Camargo Corrêa: 30% atuam em organizações parceiras, 26% são profissionais do Grupo Camargo Corrêa e 15% são beneficiários dos projetos. A enquete também mostra que a maior parte dos leitores conhece a versão impressa da revista, embora quase um terço (27%) já leia apenas sua versão online.

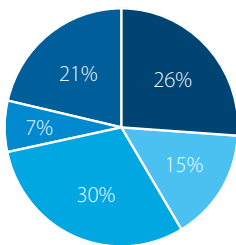
A pesquisa mediu, ainda, o grau de interesse dos leitores em cada um dos grandes temas tratados pela revista. Foi solicitado que os participantes classificassem cada tema como “Pouco interessante”, “Interessante” ou “Muito interessante”. O resultado mostra que os leitores têm um alto grau de interesse pelo conjunto dos assuntos ilustrados, mas com um leve destaque para o tema Sustentabilidade: 71% dos leitores indicaram este tema como “Muito interessante”. *(veja os gráficos)*

Os leitores foram bastante proativos na indicação de pautas. A área da Educação foi a que mais inspirou sugestões. Educação inclusiva, formação continuada de professores e projetos sobre merenda escolar estão entre as pautas sugeridas. Em todas as áreas, há indicações para que as reportagens destaquem experiências de sucesso que podem servir como exemplo para o desenvolvimento de novos projetos.

PERFIL

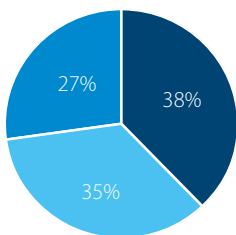
Qual sua relação com o Instituto Camargo Corrêa?

- Sou profissional de empresa do Grupo Camargo Corrêa
- Sou participante de um projeto
- Trabalho ou colaboro em organização parceira
- Trabalho ou colaboro em organização afim
- Tenho interesse nas áreas de atuação do ICC



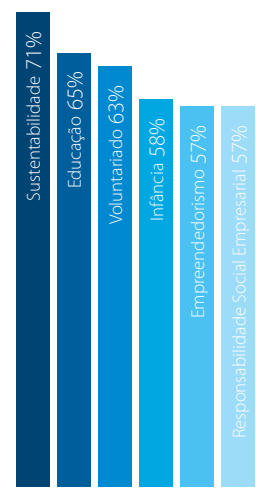
Como a revista chega até você?

- Recebo diretamente a versão impressa
- A organização/empresa onde trabalho recebe a versão impressa
- Leio apenas na internet



INTERESSE

Porcentagem de leitores que classificaram o tema como “Muito interessante”:





Tecendo sustentabilidade

BEM NA MODA

Além do diferencial sustentável, BioDenim® interessa à indústria do jeans pela mescla de cores diferenciada



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Reciclagem, substituição de produtos químicos e incentivo ao extrativismo sustentável fazem parte da trama do Bio Denim®, uma criação da Tavex

Baseada no tripé eficiência econômica, equidade social e equilíbrio ambiental, a Tavex Corporation busca incorporar aos seus negócios os princípios de sustentabilidade adotados pela Global Report Initiative (GRI). Um dos resultados desta política é o Bio Denim®, um denim – tecido utilizado para a confecção do jeans – sustentável. Além da substituição das gomas e amaciantes sintéticos usados no denim comum por produtos naturais e menos poluentes, o Bio Denim® inclui na sua trama a reciclagem e a geração de renda para comunidades amazônicas.

O Bio Denim® inova já na matéria-prima básica do tecido. O denim comum é feito de fios de algodão tingidos com índigo, nome pelo qual também é conhecido o tipo de tecido. A versão sustentável desenvolvida pela Tavex utiliza fibras e fios reciclados do próprio processo industrial. Pedacos de denim descartados são recolhidos, reduzidos a fios e novamente misturados a fios de algodão orgânico cru. A mistura gera uma cor mesclada, que varia de acordo com o lote.

A reciclagem também faz parte do processo de obtenção da goma natural utilizada na produção do Bio Denim®. Normalmente, os fabricantes deste tipo de tecido utilizam uma goma feita a partir de amidos modificados, ou seja, que recebem aditivos sintéticos. A inovação da Tavex é utilizar o amido natural proveniente do processo de fatiamento da batata recolhido nas indústrias de batatas fritas e reciclado para utilização no processo têxtil. Após a reciclagem, obtém-se um subproduto da fécula de batata reciclada que é utilizado diluído no “banho de goma” pelo qual passa o tecido, sem a necessidade de adição de nenhum outro produto sintético. A substituição de materiais sintéticos também é feita no processo de finalização do tecido. Os amaciantes comumente usados foram trocados pelo Alsoft Amazontex, que utiliza manteiga de cupuaçu como base. A matéria-prima do amaciante sustentável é proveniente de cooperativas ou associações de moradores que vivem e trabalham em reservas extrativistas na Amazônia.

O amaciante a base de cupuaçu não é usado apenas no Bio Denim®. A Tavex vem usando o Alsoft Amazontex em todos os tecidos que não exigem nenhum tipo de acabamento especial.

A mescla de cores resultante da mistura entre os fios reciclados e o algodão cru, além da adoção de processos sustentáveis, chama a atenção dos estilistas. O primeiro a usar o Bio Denim® em uma coleção no Brasil foi Carlos Miele, que lançou os modelos BioJeans em junho de 2010 na temporada de verão em Nova York.

Especialmente adaptados

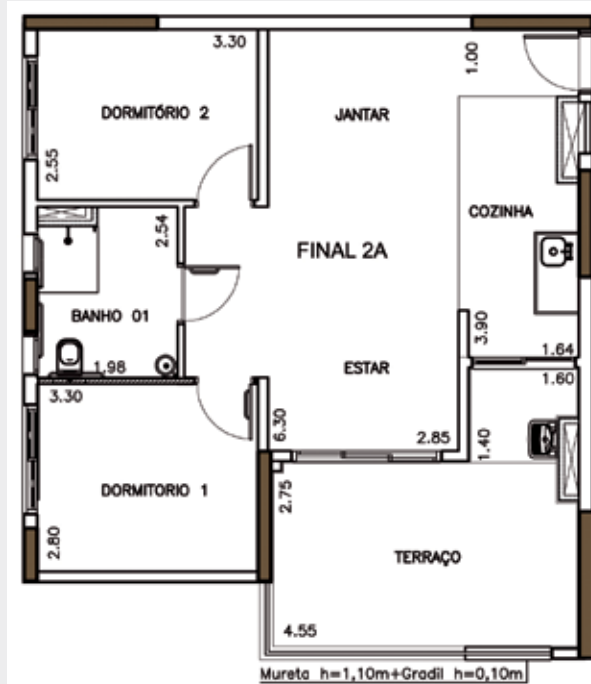
CCDI oferece a possibilidade de adaptar planta de apartamentos para pessoas com deficiência

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 25 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, entre elas as que restringem a mobilidade. Além disso, o aumento da expectativa de vida reflete-se em crescimento da população de idosos, que podem apresentar dificuldades de locomoção e necessidades específicas para que se movimentem com segurança e independência dentro de casa. Hoje, as pessoas com 65 anos ou mais já representam 7,4% da população, segundo o Censo 2010 do IBGE.

Pensando neste contingente de pessoas com restrições de mobilidade, a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário (CCDI) oferece, desde 2010, apartamentos adaptados em seus edifícios residenciais em São Paulo. Hoje, a garantia da acessibilidade é uma exigência legal apenas para as áreas comuns dos edifícios residenciais e comerciais. Unidades adaptadas são uma exigência apenas para os imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida. Nestes, 3% das unidades construídas devem ser destinadas a portadores de deficiência.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), um espaço ou equipamento acessível é aquele que pode ser utilizado com segurança e autonomia “por qualquer pessoa, independente de sua idade, estatura e limitação de mobilidade ou percepção, seja ela permanente ou temporária”.

Nos edifícios da CCDI, a opção de adaptação das plantas é limitada ao primeiro andar, onde é possível realizar desvios atípicos nas tubulações hidráulicas sem prejudicar o andar inferior, além de facilitar o acesso em casos de emergência. As mudanças tomam por base as necessidades dos cadeirantes, mas atendem todo tipo de restrição de mobilidade. Os apartamentos adaptados possuem a mesma metragem e não têm qualquer adicional de custo em relação aos apartamentos convencionais.



NA PLANTA

Adaptações incluem banheiro maior e mais espaço para circulação

Acessibilidade

O que muda nos apartamentos adaptados

- O espaço para circulação em corredores e entre móveis tem largura mínima de 80 cm.
- Cria-se uma área de manobra de forma a permitir que um cadeirante entre e saia de frente dos ambientes.
- Mobiliário, janelas e terraços contam com uma área de aproximação que permita abrir e fechar portas, acessar controles de cortinas, acionar travas das janelas, etc.
- Desníveis entre área seca (salas e quartos) e molhada (cozinha, banheiros e áreas de serviços) são trabalhados de forma a não constituir obstáculo.
- Na cozinha, a pia tem tampo reforçado, altura máxima de 85 cm e torneira de mesa com comando adequado.
- O banheiro é maior e são utilizadas peças especiais: barras de apoio, bacia e caixa de descarga adaptadas.

Desenvolvimento a várias mãos

Empresas do Grupo Camargo Corrêa realizam alianças estratégicas para o desenvolvimento social na região de Suape, em Pernambuco

TRANSFORMAÇÃO

Ações nascem do diálogo com a comunidade e incentivam grupos como o Alfaia da Praia, de danças folclóricas



Quando o objetivo é a transformação social, as parcerias são fundamentais. Este princípio norteia a atuação de três empresas do Grupo Camargo Corrêa instaladas na região de Suape, litoral de Pernambuco. A construtora Camargo Corrêa, a InterCement e o Estaleiro Atlântico Sul trabalham em conjunto para impulsionar o desenvolvimento social local através de parcerias com o Instituto Camargo Corrêa (ICC), o poder público, comunidades e organizações da sociedade civil.

Esta soma de esforços tem como resultado o desenvolvimento de 14 projetos ligados aos programas sociais do ICC nos municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes (veja quadro). “O ICC, atuando em sintonia com as empresas do Grupo Camargo Corrêa, contribui para o desenvolvimento das comunidades onde estamos presentes. Trabalhamos sempre construindo parcerias. É uma construção coletiva, um verdadeiro caminhar de mãos dadas”, explicou Renata de Camargo Nascimento, acionista do Grupo Camargo Corrêa e vice-presidente do Conselho Deliberativo do Instituto.

No caso da região de Suape, as empresas do Grupo Camargo Corrêa participam de todas as etapas dos projetos, do diagnóstico à avaliação. A definição das questões prioritárias e a implantação das ações também são realizadas em diálogo com o poder público municipal e com as comunidades. “Desde o período de concepção dos projetos, os conceitos da sustentabilidade são introduzidos e, durante a execução, esses preceitos são monitorados de uma forma contínua”, comentou Antonio Miguel Marques, presidente da Divisão de Engenharia e Construção da Camargo Corrêa.

O trabalho em parceria otimiza a transformação da realidade social local porque aglutina ações e esforços que podiam estar isolados. “O Estaleiro Atlântico Sul e o ICC, trabalhando juntos, podem potencializar os resultados”, argumentou Denilde Viana Teixeira do Monte, coordenadora de Responsabilidade Social do Estaleiro Atlântico Sul.

Outro elemento a destacar é a melhoria no clima organizacional das unidades de negócio. “Nossos profissionais se tornaram mais cidadãos, mais participantes, mais envolvidos com a comunidade e isso traz resultados importantes para as empresas”, ressaltou José Édison Barros Franco, presidente da InterCement.

RESULTADOS

Alguns dos projetos já impactam a vida das comunidades. “O esforço conjunto está acelerando o processo de implantação e trazendo resultados mais rápido do que a gente imaginava”, comemora o diretor executivo do ICC, Francisco de Assis Azevedo. “Através da parceria com o ICC e as empresas, o acesso a educação infantil foi ampliado no município e nossa comunidade tem a oportunidade de crescer e se desenvolver”, afirmou Marinêz Maximiana Neves, coordenadora geral do Instituto Casa da Criança

As empresas do Grupo Camargo Corrêa são parceiras das comunidades onde atuam, colaborando no seu desenvolvimento, respeitando e valorizando sua história, diversidade, cultura e potencialidades.

Camargo et 4 - Empresas Parceiras do Instituto Camargo Corrêa



e Cidadania, parceiro na implementação do programa Infância Ideal em Ipojuca.

Ryan Bernardo, 18 anos, membro do grupo cultural Alfaías da Praia, tem participado das capacitações oferecidas pelo projeto No Passo Ideal, do programa Futuro Ideal. “O projeto tem uma importância social forte, pois ensina como podemos ganhar uma renda fazendo cultura”, diz ele. O grupo faz apresentações de músicas e ritmos regionais, como coco, ciranda e maracatu.

Para Vitor Hallack, presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa S.A. e do ICC, programas que habilitam a cidadania são cada vez mais frequentes na sociedade brasileira. Porém, os enormes desafios ainda exigem das empresas, governos e comunidades a união de esforços para garantir que recursos e oportunidades cheguem para cada um dos brasileiros. “É desse jeito, de mãos dadas às comunidades onde atuamos, que buscamos consolidar grandes vetores de desenvolvimento sustentável”, concluiu. ◆

MÃOS DADAS

Para Renata de Camargo Nascimento (ao centro), sintonia entre ICC e empresas contribui para o desenvolvimento das comunidades

PARA SABER MAIS

Links

- ◆ Conheça as ações do ICC em Suape - <http://www.institutocamargocorrea.org.br/noticias/Paginas/ICCSuape.aspx>

Projetos em parceria

O Instituto Camargo Corrêa, a construtora Camargo Corrêa, o Consórcio CNCC, a Intercement e o Estaleiro Atlântico Sul celebraram, em 1º de junho, a implantação de quatro programas sociais na região de Suape:

O programa Infância Ideal realiza, em Cabo de Santo Agostinho, ações de formação de educadores, prevenção de gravidez na adolescência e fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. As creches de Ipojuca receberão melhorias através do projeto Minha Cidade tem Educação Infantil. Na mesma cidade, o Casa de Brincar vai levar atividades lúdicas itinerantes a 450 crianças por mês.

O programa Futuro Ideal apoia 70 famílias de agricultores de Cabo de Santo Agostinho a estruturar a produção e comercialização de macaxeira processada. O projeto ainda tem como parceiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esta parceria também levará o programa a Jaboatão dos Guararapes no segundo semestre. Os projetos No Passo Ideal e Consórcio das Artes, realizados em parceria com Sebrae-PE e Instituto Ideia, apoiam grupos culturais e de artesãos de Ipojuca.

O programa Escola Ideal está contribuindo para a melhoria da gestão de 79 escolas de Ensino Fundamental de Ipojuca, fortalecendo a aprendizagem de 14 mil alunos. Outros projetos em andamento no município são o Escola de Bons Conselhos, que fortalece a gestão democrática das escolas; Nas Ondas da Leitura, de incentivo ao prazer de ler, e o Jornal Escolar, em que os alunos aprendem a produzir jornais. Reformas para melhorar a estrutura física das escolas municipais também estão sendo feitas.

O programa Ideal Voluntário incentiva profissionais do grupo a engajarem-se em atividades como o Dia do Bem Fazer, dedicado à realização de ações voluntárias. Além disso, Grupos de Ação Ideal Voluntário (Gaiv) reúnem profissionais que ajudam nos mutirões de reformas das escolas do Escola Ideal ou atuam como mentores de carreiras de jovens mulheres no projeto eMentoring.

Economia solidária e desenvolvimento territorial sustentável e solidário



FOTO: DIVULGAÇÃO

ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

é filósofo, mestre em Ciências Políticas e doutor em Desenvolvimento Sustentável. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ocupa hoje o cargo de diretor do Departamento de Fomento na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

A economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento sustentável

Nas últimas décadas, houve uma ampliação da consciência crítica da humanidade em relação aos modelos de crescimento econômico que produzem riquezas gerando miséria e depredando o meio ambiente, mantendo a exclusão de bilhões de pessoas e o esgotamento de recursos naturais no presente, colocando em risco o futuro da vida na terra. Em contraposição a esses modelos, surgem alternativas locais e territoriais que vêm sendo experimentadas por organizações governamentais e não-governamentais a partir da valorização do caráter endógeno da sustentabilidade do desenvolvimento. São inúmeros os exemplos de iniciativas bem sucedidas que partem do reconhecimento e da valorização das capacidades e potenciais locais e territoriais para impulsionar as forças humanas e institucionais na superação de obstáculos e na promoção do desenvolvimento. Iniciativas que dinamizam as potencialidades econômicas, preservam a diversidade ecológica, valorizam as expressões culturais e respeitam os interesses coletivos dos povos e comunidades como sujeitos do seu desenvolvimento.

Diversos exemplos no Brasil e no mundo mostram que as potencialidades locais podem ser dinamizadas de forma solidária e sustentável por meio do fortalecimento do associativismo, da valorização da cooperação e do incentivo ao trabalho associado em empreendimentos e em redes de cooperação socioeconômica. É nesse sentido que se considera a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário. Ao combinar ações estruturantes de dinamização econômica local e territorial com mudanças emancipatórias nas

condições de vida da população, a economia solidária contribui para democratizar as relações sociais de produção, considerando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Hoje, no Brasil e no mundo, essas características podem ser identificadas em organizações socioeconômicas que promovem a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, em áreas urbanas e rurais, sob a forma de cooperativas populares, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, entre outras – os chamados empreendimentos econômicos solidários (EES). Essas iniciativas de economia solidária são fomentadas como estratégias de dinamização de cadeias produtivas, no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável, com base em um novo fundamento ético que estabelece a primazia das necessidades sociais, culturais e ambientais sobre o objetivo do crescimento econômico. Dessa forma, os sistemas produtivos sustentáveis são valorizados enquanto estratégias inovadoras de organização do trabalho em uma relação harmoniosa com a natureza.

Com essa percepção, a Secretaria Nacional de Economia Solidária vem construindo parcerias com órgãos governamentais e da sociedade civil. Em todas elas, o objetivo é promover o desenvolvimento local e territorial sustentável por meio do fomento e do fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias como direito de cidadania às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão. ◆

EXPEDIENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CAMARGO CORRÊA S.A.

Presidente: Vitor Hallack

Vice-presidentes: A.C. Reuter, Carlos Pires Oliveira Dias e Luiz Roberto Ortiz Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO CAMARGO CORRÊA

Presidente: Rosana Camargo de Arruda Botelho

Vice-presidente: Renata de Camargo Nascimento

Conselheiros: Angelo Fuchs, Antonio Miguel Marques, Carla Duprat, Daniela Camargo Botelho de Abreu Pereira, Elisa Camargo de Arruda Botelho, Francisco Tancredi, Gabriella Camargo Nascimento Palaia, José Édison Barros Franco, Luiza Nascimento Cruz, Márcio Utsch, Maria Regina Camargo Pires Ribeiro do Valle, Maria Tereza Pires Oliveira Dias Graziano, Olga Colpo, Raphael Antonio Nogueira de Freitas, Ricardo Fonseca de Mendonça Lima e Vitor Hallack

INSTITUTO CAMARGO CORRÊA

Presidente do Grupo Camargo Corrêa e do Instituto: Vitor Hallack

Diretor executivo: Francisco de Assis Azevedo

Superintendente: João Teixeira Pires

Coordenador administrativo: Leonardo Giardini

Coordenadora de comunicação: Clarissa Kowalski

Coordenadores de programas: Jair Resende, Juliana Di Thomazo, Lorenza Longhi e Toni Niccolini

Analistas de projetos: Ariane Duarte, Felipe Furini, Flávio Seixas e Livia Guimarães

Assistente administrativo: Bárbara Gomes

Estagiária de comunicação: Mariana Ramos de Baêre

Estagiária de projetos: Letícia Berchielli

REVISTA IDEAL COMUNITÁRIO

COMITÊ EDITORIAL

Carla Duprat, Clarissa Kowalski, Francisco de Assis Azevedo, João Teixeira Pires, João Ricardo Auler, Kalil Cury Filho, Luiza Nascimento Cruz, Marcello D'Angelo, Mauricio Esposito, Olga Colpo, Ricardo Mastroti, Sunara Avamilano e Veet Vivarta

PRODUÇÃO EDITORIAL

Máquina Public Relations

EDITORA

Cristina Charão

TEXTOS

Amanda Proetti, Cristina Charão, Henrique Costa e Mariana Moreira

ARTE

Carolina König – studio1101

CAPA

Mariana Guerra – foto

IMPRESSÃO

Leograf

COMUNICAÇÃO DO GRUPO CAMARGO CORRÊA

CAMARGO CORRÊA S.A.

Marcello D'Angelo, Mauricio Esposito, Cecilia Paula Costa Mello Rosner, Cintia Mesquita de Vasconcelos, Elaine Pimenta e Sunara Avamilano

ALPARGATAS

Cássia Navarro

CAMARGO CORRÊA CIMENTOS

Fernanda Guerra

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Denise Pragana e Amanda Lucindo

TAVEX CORPORATION

Andrea Shimada e Bianca Kapsevicius Gonçalves

ENTRE EM CONTATO

Opiniões, dúvidas e sugestões sobre a revista *Ideal Comunitário*:

Rua Funchal, 160, São Paulo, CEP 04551-903

www.institutocamargocorrea.org.br

Tel.: (11) 3841-4922

Fax: (11) 3841-5894

e-mail: instituto@institutocamargocorrea.org.br

Realização



Parceiro



Intercâmbio com cooperativa do RS ajuda jovens empreendedores da Coobtec, de Cabo de Santo Agostinho (PE), a dar os primeiros passos para criar uma agroindústria de macaxeira

